



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

Luís Filipe Silva Correia

CARACTERIZAÇÃO DO PROPRIETÁRIO FLORESTAL DAS
ZONAS MONTANHOSAS DO CONCELHO
DE PONTE DE LIMA

Mestrado em Gestão Ambiental e Ordenamento do Território

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor José Carlos Medeira dos Santos
Professor Mestre Joaquim Mamede Alonso

Novembro de 2014

*“Nossa maior fraqueza está em desistir. O caminho mais certo de vencer é
tentar mais uma vez”*

Thomas Edison

RESUMO

Os atuais modelos de gestão das florestas Portugueses têm vindo a revelar algumas falhas, apesar da fileira florestal contribuir de uma forma significativa para a economia Portuguesa. Essas falhas revelam-se na elevada área florestal destruída ano após ano, devido aos incêndios florestais e do enorme número de propriedades dotadas ao abandono.

Uma mudança nos parâmetros dos modelos de gestão florestal necessita da capacidade de adaptação dos proprietários à atual realidade da floresta Portuguesa. A existência de um número elevado de proprietários florestais é um fator limitativo na mudança dos modelos de gestão florestal, assim como a reduzida área das propriedades florestais, sobretudo no Norte do país.

Este trabalho, através da realização de inquéritos a proprietários florestais, pretendeu aprofundar o conhecimento acerca dos proprietários florestais privados, das suas propriedades e da forma como são geridas, com o objetivo de conhecer o atual modelo de gestão florestal e avaliar se é um modelo de gestão sustentável.

Novembro 2014

ABSTRACT

Current models of management of Portuguese forests have revealed some fails despite the forest sector contribute significantly to the Portuguese economy.

These failures are manifest in the high forest area destroyed year after year due to forest fires and the huge number of abandoned properties endowed.

A change in the parameters of models of forest management requires the ability to adapt to the current owners of the reality of the Portuguese forest.

The existence of a large number of forest owners is a limiting factor in changing forest management models, as well as small areas of forest properties, especially in the north.

This work, by conducting surveys of forest owners, intended to deepen the knowledge about the private, their properties and the way they are managed forest owners in order to meet the current forest management model and evaluate whether it is a model sustainable management.

November 2014

ÍNDICE

RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	x
ÍNDICE DE TABELAS	xiii
INTRODUÇÃO E OBJETIVOS.....	15
CAPÍTULO 1. Relação entre floresta e agricultura familiar e a evolução da agricultura familiar	17
CAPÍTULO 2. Caracterização da área de estudo.....	22
2.1. Caracterização geográfica da área florestal.....	22
2.1.1. Localização da área de estudo	22
2.1.2. Caracterização da área florestal	23
2.2. Caracterização biofísica.....	26
2.2.1. Relevo e altimetria	26
2.2.2. Solos.....	27
2.2.3. Fauna, flora e habitats	28
2.2.4. Pragas, doenças e infestantes.....	31
2.2.5. Incêndios florestais, cheias e outros riscos naturais	32
2.3. Caracterização socioeconómica	33
2.3.1. Emprego e condições de trabalho	33
2.3.2. Indicadores demográficos.....	34
2.4. Caracterização dos regimes legais	36
2.4.1. Instrumentos de gestão territorial.....	36
2.4.2. Instrumentos de planeamento florestal	36
2.5. Caracterização de recursos	37
2.5.1. Rede viária florestal	37

2.5.2.	Infraestruturas DFCI	38
2.5.3.	Infraestruturas de apoio à gestão cinegética, silvopastorícia e recreio e lazer	39
2.6.	Caracterização da atividade agrícola na área de estudo	40
CAPÍTULO 3. Materiais e métodos		45
CAPÍTULO 4. Resultados.....		47
4.1.	Proprietários florestais	47
4.1.1.	Sexo.....	47
4.1.2.	Idade.....	47
4.1.3.	Naturalidade.....	48
4.1.4.	Residência	49
4.1.5.	Escolaridade	49
4.1.6.	Profissão.....	50
4.2.	Tipologia das Propriedades Florestais.....	51
4.2.1.	Área florestal total.....	51
4.2.2.	Espécie florestal dominante.....	51
4.2.3.	Existência de espécies invasoras	52
4.2.4.	Número de visitas à propriedade	53
4.2.5.	Tempo decorrido desde a última visita à propriedade	53
4.2.6.	Incêndios florestais	54
4.3.	Produtos e serviços.....	56
4.3.1.	Rendimento e investimento	56
4.3.2.	Produtos e serviços obtidos na propriedade florestal	57
4.4.	Trabalho e investimento.....	58
4.4.1.	Instalação de povoamento florestal	58
4.4.2.	Operações florestais.....	59
4.4.3.	Investimento.....	62

4.5. Certificação florestal.....	64
4.5.1. ZIF e Certificação florestal	64
CAPÍTULO 5. Discussão de resultados	67
5.1. Proprietários florestais	67
5.2. Tipologia das propriedades florestais.....	69
5.3. Produtos e serviços.....	70
5.4. Trabalho e investimento.....	71
5.5. Certificação florestal.....	73
CAPÍTULO 6. Conclusão.....	75
CAPÍTULO 7. Bibliografia.....	77

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1. Matos existentes nas zonas mais altas	24
Figura 2.2. Animais que utilizam as áreas florestais como pastagem	25
Figura 2.3. Espécies arbóreas existentes na área florestal	25
Figura 2.4. Enquadramento de Vilar do Monte na paisagem envolvente	26
Figura 2.5. Eucalipto	29
Figura 2.6. Ovelha	29
Figura 2.7. Pinheiro bravo	29
Figura 2.8. Cabra	29
Figura 2.9. Carvalho	30
Figura 2.10. Garrano	30
Figura 2.11. Azevinho	30
Figura 2.12. Sobreiro	30
Figura 2.13. Videiros	30
Figura 2.14. Giesta	31
Figura 2.15. Cedros	31
Figura 2.16. Área ardida sem infestantes	32
Figura 2.17. Área agrícola de Labrujó	33
Figura 2.18. Caminho existente em Rendufe (esquerda) e Labrujó (direita)	38
Figura 2.19. Infraestruturas de DFCI	38
Figura 2.20. Exemplo de um charco de água existente	39

Figura 2.21. Excerto de um jornal no qual se faz referência ao parque de pesca	39
Figura 3.1. Escolha dos 10 proprietários e posterior escolha de 2.....	46
Figura 4.1. Sexo dos proprietários florestais	47
Figura 4.2. Idade dos proprietários florestais	48
Figura 4.3. Naturalidade dos proprietários florestais	48
Figura 4.4. Freguesia de residência dos proprietários florestais	49
Figura 4.5. Escolaridade dos proprietários florestais.....	50
Figura 4.6. Profissão dos proprietários florestais	50
Figura 4.7. Área das propriedades florestais.....	51
Figura 4.8. Espécie florestal dominante	52
Figura 4.9. Existência de espécies invasoras.....	52
Figura 4.10. Nº de visitas dos proprietários às respetivas propriedades (ano).	53
Figura 4.11. Tempo decorrido desde a última visita à propriedade.....	54
Figura 4.12. Ocorrência de incêndio florestal.....	54
Figura 4.13. Área afetada pelo incêndio florestal	55
Figura 4.14. Limpeza no terreno anteriormente ao incêndio	55
Figura 4.15. Ano de ocorrência do último incêndio florestal.....	56
Figura 4.16. Obtenção de rendimento.....	56
Figura 4.17. Investimento realizado por parte do rendimento obtido.....	57
Figura 4.18. Produtos e serviços obtidos na propriedade florestal.....	57
Figura 4.19. Instalação de povoamento florestal.....	58

Figura 4.20. Técnica utilizada na plantação	59
Figura 4.21. Quem realizou a instalação de povoamento florestal.....	59
Figura 4.22. Realização de alguma operação florestal	60
Figura 4.23. Quem realizou as intervenções	60
Figura 4.24. Motivo para desbastes e desramações.....	61
Figura 4.25. Motivo para limpeza	61
Figura 4.26. Tempo decorrido desde a última intervenção	62
Figura 4.27. Nº de investimentos realizados	63
Figura 4.28. Investimento total na propriedade	63
Figura 4.29. Origem do financiamento	64
Figura 4.30. Inserção da propriedade em ZIF e/ou área florestal certificada ...	65
Figura 4.31. Conhecimento sobre a certificação	65
Figura 4.32. Vontade que a propriedade estivesse inserida em área florestal certificada.....	66
Figura 4.33. Motivo para que a propriedade estivesse inserida em área florestal certificada	66

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1. Expressividade territorial das freguesias de estudo no concelho de Ponte de Lima (km ²) (INE, 2014).....	22
Tabela 2.2. Indicadores florestais do concelho de Ponte de Lima (IFN 5, 2014)	23
Tabela 2.3. Espécies existentes na área de estudo e respetiva área ocupada (COS 2005, 2014)	24
Tabela 2.4. Regimes de baldio e áreas ocupadas	26
Tabela 2.5. Espécies representativas da área de estudo.....	29
Tabela 2.6. Incêndios florestais entre 2004 e 2010 (ICNF, 2014)	32
Tabela 2.7. Densidade populacional e nº de habitantes (INE, 2014)	34
Tabela 2.8. Nº de habitantes por faixa etária (INE, 2014)	35
Tabela 2.9. Idade média da população (INE, 2014)	35
Tabela 2.10. Taxa de abandono escolar	36
Tabela 2.11. Produtores agrícolas singulares por grupo etário (INE, 2014).....	41
Tabela 2.12. Produtores agrícolas singulares com 65 e mais anos de idade (INE, 2014)	41
Tabela 2.13. Superfície agrícola utilizada por forma de exploração (INE, 2014)	42
Tabela 2.14. Superfície de prados e pastagens permanentes (INE, 2014).....	42
Tabela 2.15. Efetivo animal da exploração agrícola (INE, 2014).....	42
Tabela 2.16. População agrícola familiar (INE, 2014)	43
Tabela 2.17. População residente em 2011 (INE, 2014).....	43

Tabela 2.18. Proporção de produtores agrícolas singulares por tempo de atividade agrícola na exploração agrícola (INE, 2014).....	44
Tabela 3.1. Nome dos proprietários identificados	45
Tabela 5.1. Número total de produtores agrícolas por sexo em 2009 (INE, 2014)	67

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

As mais recentes calamidades vividas pela floresta portuguesa, com particular atenção para os incêndios florestais, devem ser alvo de uma profunda reflexão. É certo que a natureza por vezes prega partidas a ela própria, no entanto, a ação humana contribui, e de que maneira, com a utilização insustentável dos recursos naturais, para a sua destruição. Mas o que está a acontecer com as florestas Portuguesas? Estarão os proprietários florestais a abandonar as suas propriedades? Será o presente modelo de gestão florestal, um modelo que garanta a sustentabilidade das florestas das zonas de montanha do concelho de Ponte de Lima?

O presente trabalho persegue três objetivos básicos. Em primeiro lugar, caracterizar os produtores florestais de Ponte de Lima, através da realização de inquéritos num conjunto de freguesias do concelho, nomeadamente Rendufe, Labrujó e Vilar do Monte. Em segundo lugar, caracterizar o atual modelo de gestão florestal seguido pela atual geração de proprietários assim como uma caracterização da área em estudo. Por fim, em terceiro lugar, pretende-se entender se este atual modelo de gestão florestal é um modelo que assegure a sustentabilidade da floresta no futuro.

Para atingir estes objetivos, estudou-se os proprietários florestais existentes nas freguesias de Rendufe, Labrujó e Vilar do Monte, do concelho de Ponte de Lima e as suas respetivas propriedades florestais. As informações utilizadas são resultado de uma pesquisa efetuada nos meses de Junho, Julho e Agosto de 2014.

O presente trabalho divide-se em seis capítulos diferentes. O capítulo inicial faz um enquadramento teórico do tema, uma revisão bibliográfica em matéria de floresta, agricultura familiar e da evolução da agricultura familiar.

O segundo capítulo caracteriza a área de estudo. Nele apresenta-se uma caracterização geográfica, biofísica, socioeconómica, dos regimes legais, dos recursos e da atividade agrícola. Caracterizam-se aspetos essenciais para um conhecimento aprofundado sobre a área de estudo.

O terceiro capítulo descreve os materiais e métodos utilizados na elaboração do presente trabalho. Descreve a forma como foram encontrados os proprietários florestais, assim como a forma de tratamento das informações recolhidas.

O quarto capítulo apresenta os resultados gerais dos inquéritos aplicados aos proprietários florestais. Caracterizam detalhadamente as propriedades florestais e os seus respetivos proprietários, os produtos e serviços obtidos nas propriedades, o trabalho e investimento realizado e uma referência à certificação florestal.

O quinto capítulo dedica-se à discussão dos resultados. Procede-se a uma análise das informações obtidas através dos inquéritos aplicados aos proprietários florestais. A análise é efetuada de acordo com cada ponto existente no inquérito aos proprietários.

O sexto e último capítulo dedica-se às conclusões. Neste capítulo descrevem-se as principais conclusões obtidas através da análise dos resultados aos inquéritos aplicados aos proprietários florestais. Pretende-se obter possíveis respostas sobre a sustentabilidade do atual modelo de gestão florestal seguido pelos proprietários florestais de zonas de montanha do concelho de Ponte de Lima.

CAPÍTULO 1. Relação entre floresta e agricultura familiar e a evolução da agricultura familiar

A fileira florestal representa uma elevada importância no panorama económico português. Representa 9,4% das exportações e emprega 135.000 trabalhadores em 12.400 empresas (Patrão, 2014). As exportações da fileira florestal contribuem para o PIB nacional, assim como para o Valor Acrescentado Bruto, sendo a “pasta de papel, papel e cartão” e cortiça os produtos mais exportados (Sarmiento, E., Dores, V., 2013).

Mas, adequar-se-á esta realidade, à situação atual das florestas do Norte de Portugal? Serão elas as principais responsáveis destes indicadores?

Segundo Baptista e Santos (2005), a floresta Portuguesa está repartida em diferentes grupos de proprietários. São eles o estado, os baldios, as grandes empresas industriais e exportadoras, um conjunto diversificado de entidades e os proprietários florestais privados.

Dos 3,4 milhões de hectares de floresta, cerca de 87% da área florestal total pertence a cerca de 400.000 proprietários florestais privados (Heitor, 2014). O domínio da propriedade florestal privada é claro, sendo as suas características bastante diferentes no Norte e no Sul de Portugal. No Norte, as florestas privadas caracterizam-se pela predominância de parcelas de muito pequena dimensão (Coelho, 2003), com menos de 0,5 hectares, ocupadas por pinheiro bravo e eucalipto. Há muitos proprietários florestais, no entanto não há muitos produtores florestais (Valente, 2013).

No entanto, nas últimas décadas tem surgido uma nova tipologia de proprietários que apesar de ausentes e de não terem uma motivação económica, estão muitas vezes predispostos a confiar a gestão das matas a entidades locais (Heitor, 2014). É um aumento gradual do número de proprietários que não são agricultores ou não detêm qualquer tipo de exploração agrícola (Canadas, J., M., Novais, A., 2014).

Em relação aos típicos proprietários florestais, o que os motiva a manterem as suas propriedades florestais ultrapassa o mero aspeto económico

e muitas vezes está relacionado com questões culturais e emocionais, de orgulho para com as suas propriedades, quer em relação à terra e às árvores, quer em relação ao mundo rural onde estas se inserem (Heitor, 2014). *“Para muitos dos pequenos proprietários que gerem a floresta, gerem por causa de valores não económicos”* (Heitor, 2014).

As propriedades florestais faziam parte integrante dos sistemas agrários e dos modos de vida dos lugares e aldeias, nas quais a madeira das árvores era material integrante e indispensável no vigamento dos telhados de arrecadações, currais e de casas (Baptista, F. O., Santos, R. T., 2005). No entanto, o convívio entre a floresta não se resumia à madeira das árvores, sendo mais vasto, na medida que os matos eram utilizados na “cama” dos animais nos currais, de onde saiam como estrume para fertilizar os campos, as lenhas, pinhas e carumas alimentavam os lumes domésticos, o gado apascentava nos matos, entre outras atividades.

É notório que as explorações agrícolas tradicionais dependiam de uma certa complementaridade com a atividade florestal, tornando-se impossível separá-las da mão-de-obra familiar ou assalariada (Canadas, J., M., Novais, A., 2014). *“A floresta padece há anos da influência considerável da ação humana, nomeadamente através da agricultura e da pastorícia, com consequências marcantes, não só a nível da sua destruição, mas também da sua transformação”* (Sarmiento, E., Dores, V., 2013).

“O sistema agro-pastoril organizava-se, de um modo geral, através de uma estrutura aureolar em torno dos aglomerados, à volta dos quais se concentrava a agricultura, primeiro comunitária e mais tarde individual, e os pastos comuns circundando estas áreas, determinando o recuo das florestas para as áreas marginais” (Caldas, 1991; Aguiar & Pinto, 2007; Müller, 2014).

O declínio da complementaridade da atividade agrícola com a florestal iniciou-se com o avanço dos adubos químicos, evitando os estrumes e a conseqüente roça de mato, as lenhas, pinhas e carumas deram lugar à botija de gás e o pão caseiro deu lugar às carinhas das padarias das vilas que percorrem vales e montes. *“Foi um processo progressivo que acompanhou a transformação da agricultura, dos modos de vida dos aglomerados rurais e da*

utilização do espaço” (Baptista, F. O., Santos, R. T., 2005). Com a perda desta complementaridade pode-se afirmar que *“o rural mudou e a sua floresta também”* (Canadas, J., M., Novais, A., 2014).

Como referiram Canadas e Novais (2014), é impossível separar as explorações agrícolas tradicionais e a atividade florestal da mão-de-obra familiar, ou seja, a agricultura tradicional era sobretudo uma agricultura familiar, muitas vezes de subsistência.

A agricultura familiar baseava-se na ideia de identidade entre uma família e a sua exploração agrícola, por uma unidade de produção entre membros vinculados por laços de parentesco (Lamarche, 1991; Velasco, 2014). A agricultura familiar segundo Moyano (2014) foi definida durante muito tempo como *“a convergência entre o património familiar e o património agrário”*. Poderia também ser definida como *“a conexão com a cultura local”* e o *“controlo sobre os recursos naturais”*.

A agricultura familiar é uma realidade inegável em todos os continentes. É caracterizada pela existência de uma relação direta entre a família e a atividade agrária. A agricultura familiar faz parte do acervo cultural, da história de muitas regiões do planeta, coexistindo no mundo rural com outros tipos de explorações. A agricultura familiar estabelece diferentes modelos de relação com o território, tornando-se num feito social e económico com características singulares, que a diferenciam de outros modelos agrários (Moyano, 2014).

As políticas de modernização da agricultura e a exigência de profissionalização conduziram à substituição da imagem do tradicional agricultor, pelo profissional da agricultura (Remy, 1987; Velasco, 2014).

“A sofisticação da atividade agrícola associada à evolução cultural permitiu a sua expansão para áreas progressivamente maiores do sistema natural” (Müller, 2014).

Desde o primeiro terço do século XX, foram muitos os autores que analisaram as diferenças e as especificações da agricultura familiar em relação a outras formas de produção. Consideraram a agricultura familiar como uma organização de trabalho, cujo funcionamento e as estratégias de adaptação,

manifestaram a sua capacidade de resistência frente a uma agricultura industrial. A agricultura familiar é aquela que possui uma racionalidade de funcionamento distinta, baseada na obtenção de uma renda que assegure a subsistência do grupo, utilizando a transmissão da exploração como estratégia patrimonial (Velasco, 2014).

Velasco (2014) apresentou o polimorfismo da agricultura familiar, o modo como ela se adapta ao contexto global, retomando categorias que surgiram na sociologia do mundo agrário por Helvie y Purseigle (2013):

- A agricultura familiar camponesa: esta pluralidade da agricultura familiar camponesa vive em situação pertinente com a comunidade, onde a família é um vínculo primordial da unidade produtiva, mantendo um alto grau de autossuficiência no grupo familiar. Este modelo de agricultura familiar só se encontra nos países em desenvolvimento, onde uma parte da agricultura familiar está em situação de subsistência (Oxfam, 2013; Velasco, 2014).
- Agricultura familiar diversificada, pluriactiva e territorial: esta categoria integra unidades de produção nas quais diversos membros da família podem trabalhar dentro e fora da exploração, diversificando a renda como estratégia para aumentar as receitas no grupo familiar e por vezes salvar a exploração, revertendo parte da receita externa para a exploração (Velasco, 2014).
- Agricultura familiar especializada: são dirigidas por agricultores a tempo completo, seguindo o modelo produtivista. É a categoria que seguiu com maior rigidez as políticas agrárias modernas e que foi capaz de intensificar o seu trabalho. É uma categoria plural, que integra pecuária, cultivo de hortícolas em regadio, etc. É uma categoria que se articula entre família e empresa agrária (Velasco, 2014).
- Sociedade agrícola familiar: o carácter familiar nesta categoria é questionável. O processo de produção não é o resultado do fator de trabalho de cada membro familiar. A finalidade essencial desta categoria é aumentar os rendimentos produtivos para exportação (Velasco, 2014).

A persistência da existência da agricultura familiar face à agricultura industrializada deve-se a diversas estratégias de adaptação, tanto das práticas agrícolas como de transformação no seio familiar, conformando uma diversidade de realidades que vão desde o autoconsumo a formas de produção familiares, inseridas num processo de especialização plenamente integrado na economia de mercados (Velasco, 2014).

CAPÍTULO 2. Caracterização da área de estudo

2.1. Caracterização geográfica da área florestal

2.1.1. Localização da área de estudo

O concelho de Ponte de Lima, no qual se localiza a área de estudo, situa-se na zona norte de Portugal, na NUT III Minho-Lima. Pertence ao distrito de Viana do Castelo e está situado a cerca de 80 km da cidade do Porto, 30 km da cidade de Braga e está próximo da cidade espanhola Vigo.

A área em estudo localiza-se na zona norte do concelho de Ponte de Lima, nas freguesias de Rendufe, Labrujó e Vilar do Monte (Anexo I). Após a reforma administrativa do território português, as três freguesias passaram a ter o mesmo executivo e mantêm o mesmo nome: Freguesias de Rendufe, Labrujó e Vilar do Monte.

O concelho de Ponte de Lima ocupa uma área total de 320,25 km² (tabela 2.1). A área em estudo corresponde a cerca de 3,5% da área total do concelho. São freguesias com uma área relativamente pequena quando comparadas com outras freguesias do concelho como Cabração, Refoios e Arcozelo.

Tabela 2.1. Expressividade territorial das freguesias de estudo no concelho de Ponte de Lima (km²) (INE, 2014)

	Área (km²)
Ponte de Lima	320,25
Labrujó	4,36
Rendufe	3,72
Vilar do Monte	3,18

Esta área faz fronteira com dois concelhos vizinhos de Ponte de Lima, o concelho de Arcos de Valdevez na zona oeste e o concelho de Paredes de Coura na zona norte, estando integrada numa pequena parte da Paisagem Protegida do Corno de Bico (PPCB). Localiza-se também próxima da Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos (PPLBSPA) e do Parque Nacional Peneda Gerês (PNPG).

2.1.2. Caracterização da área florestal

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto-Minho, adiante designado por PROF AM, regulado pelo Decreto regulamentar nº 16/2007 de 28 de Março, a ocupação florestal no território do Alto Minho é muito expressiva, tornando evidente que estes espaços são determinantes na dinâmica da região.

Segundo dados do 5º Inventário Florestal Nacional, o uso do solo em Ponte de Lima era maioritariamente florestal (10.918 hectares) e agrícola (9.662 hectares). A área florestal é praticamente constituída por povoamentos florestais, ocupando uma área total de 10.399 hectares o que corresponde praticamente a 95% da área florestal total. A espécie florestal dominante nos povoamentos florestais é o pinheiro bravo, ocupando uma área de 4.826 hectares, seguido do eucalipto (4.478 hectares) (tabela 2.2).

Tabela 2.2. Indicadores florestais do concelho de Ponte de Lima (IFN 5, 2014)

Uso do Solo	Área (ha)	Tipos de Ocupação Florestal	Área (ha)	Áreas dos	Área (ha)
				povoamentos florestais/espécie de árvores dominantes	
Floresta	10.918	Povoamentos	10.399	Pinheiro bravo	4.826
Matos	8.832	Áreas ardidas	326	Eucaliptos	4.478
Águas Interiores	351	Cortes rasos	25	Carvalhos	599
Agricultura	9.662	Outras formações lenhosas	169	Pinheiro manso	25
Outros Usos	2.263			Outras folhosas	373
				Outras resinosas	98

A área florestal da área em estudo é muito extensa. Ocupa aproximadamente 8,712 km², correspondendo a um total de 77,4 % da área total das freguesias em estudo (Carta de Ocupação do Solo 2005). A ocupação arbustiva e herbácea é aquela que ocupa a maior área. Entre as espécies

existentes, o carvalho é a mais representativa, ocupando 94,2 hectares da área florestal (tabela 2.3).

Tabela 2.3. Espécies existentes na área de estudo e respetiva área ocupada (COS 2005, 2014)

Espécie	Área (hectares)
Eucalipto	20,6
Carvalho	94,2
Outras folhosas	83,3
Pinheiro bravo	36,5
Outras resinosas	7
Ocupação arbustiva e herbácea	585,2
Espaços sem ou com pouca vegetação	44,4

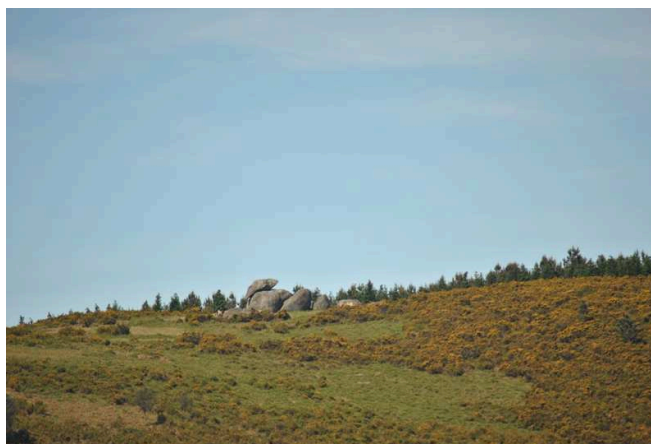


Figura 2.1. Matos existentes nas zonas mais altas

A existência destas áreas de incultos resulta, entre outros, da orografia do terreno e da ocorrência de incêndios. A atividade silvo pastoril, apesar de neste momento não ser uma atividade com muita expressão, também pode justificar a natureza dessas áreas. São estas áreas que servem de pastagem para os animais dos habitantes desta união de freguesias como as cabras e as ovelhas. Também são uma importante área para a alimentação dos garranos, uma espécie autóctone, que vagueia por estas zonas altas do concelho de Ponte de Lima, Paredes de Coura e Arcos de Valdevez.



Figura 2.2. Animais que utilizam as áreas florestais como pastagem

As manchas florestais que mais se destacam são o carvalho e o pinhal. O carvalho assume maior expressividade nas cotas superiores, localizando-se grandes manchas já no interior do perímetro da PPCB (ocupa 94,2 hectares). Estes carvalhais são importantes na recuperação de solos degradados, no aumento da biodiversidade, entre outros. As manchas de pinhal são bastante extensas na área em estudo, localizando-se em Rendufe, uma das maiores manchas de pinhal do concelho de Ponte de Lima (ocupa 36,5 hectares).

O eucalipto tem vindo a ganhar importância no panorama florestal por ser uma espécie de crescimento rápido, e assim proporcionar um rendimento aos proprietários florestais num curto espaço de tempo, desde a sua plantação até ao corte final. Segundo a Carta de Ocupação do Solo (2005) o eucalipto ocupa uma área de 20,6 hectares.

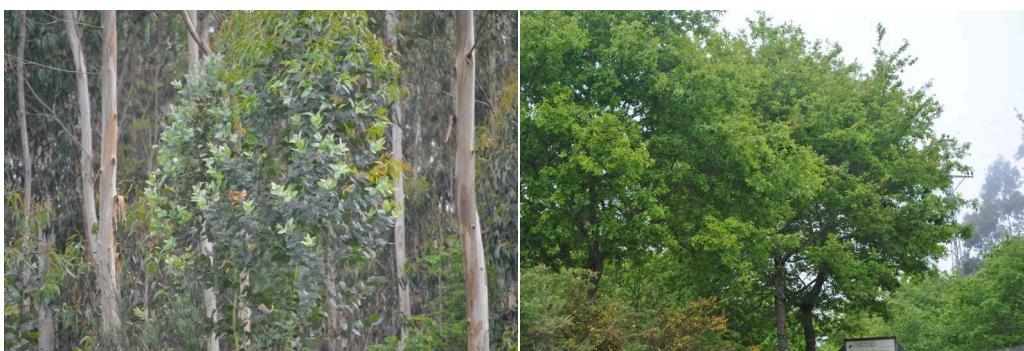


Figura 2.3. Espécies arbóreas existentes na área florestal

Os baldios, utilizados pelos compartos para múltiplos usos, apresentam muita expressividade num território com cerca de 870 hectares de floresta. Praticamente toda a área está inserida em baldio, existindo dois regimes de propriedade distintos: o regime comunitário e privado. É em Labrujó que a área

ocupada pelos baldios mais se destaca tanto no regime comunitário como no privado. O regime comunitário é o mais representativo dos dois regimes de baldios com 642,1 hectares (tabela 2.4).

Tabela 2.4. Regimes de baldio e áreas ocupadas

Freguesia	Baldio comunitário (ha)	Baldio privado (ha)
Rendufe	205,5	61,4
Labrujó	243,2	98,8
Vilar do Monte	193,4	48,4
Subtotal	642,1	208,6
Total		850,7

2.2. Caracterização biofísica

2.2.1. Relevo e altimetria

As freguesias de Rendufe, Labrujó e Vilar do Monte, são freguesias que se localizam nas cotas mais altas no concelho de Ponte de Lima, a par de freguesias como a Boalhosa, Cabração, entre outras. Podem ser consideradas freguesias de montanha derivado da sua localização numa altitude elevada.



Figura 2.4. Enquadramento de Vilar do Monte na paisagem envolvente

Rendufe está localizada a uma cota mais baixa, quando comparada com Labrujó e Vilar do Monte. Rendufe situa-se em cotas que variam entre os 200 e 800 metros na zona mais alta. Labrujó e Vilar do Monte situam-se em cotas superiores, sendo que Labrujó encontra-se entre cotas que se situam acima dos 300 metros e que atinge cotas superiores a 800 metros na zona mais alta.

Vilar do Monte é a mais alta destas três áreas, localizando-se acima dos 400 metros podendo atingir cotas superiores a 800 metros nas zonas mais altas (Anexo II).

Os declives desta área são muito diversificados, pois possui zonas com declive muito elevado, formando encostas muito inclinadas e zonas com pouco ou nulo declive, proporcionando áreas ideais para terrenos agrícolas. Os declives variam entre os 0% e acima dos 40%. As zonas de menor declive encontram-se nas zonas de maior cota e na zona central de cada uma das freguesias. As zonas de maior declive encontram-se na zona de periferia de cada uma das freguesias.

A orientação das encostas é muito variada, não podendo afirmar que a área está orientada mais para norte do que para sul ou para qualquer um dos outros pontos cardeais. No entanto, analisando cada uma das freguesias, pode-se obter uma melhor caracterização das orientações. A freguesia de Rendufe está orientada maioritariamente para Sudoeste, Sudeste, Sul e Este. Pode-se afirmar também que possui poucas áreas com orientação a norte. A freguesia de Labrujó, devido ao atravessamento de uma linha de água de este para oeste, possui duas áreas distintas. Uma área com maior incidência para orientações a sul, sudoeste e oeste e uma área onde se destacam orientações a noroeste, norte e nordeste. Em relação à freguesia de Vilar do Monte, esta apresenta as suas encostas maioritariamente orientadas para noroeste, oeste e norte.

2.2.2. Solos

O solo trata-se de um espaço fundamental para o estabelecimento de animais e plantas. Constitui-se como suporte físico para as atividades humanas e ainda como determinante primário da paisagem (Guiomar *et al*, 2005). Assim sendo, os animais, as plantas e os humanos são os principais moldadores daquilo que é e daquilo que será a ocupação dos solos em tempos futuros.

Para além dos animais, das plantas e humanos, existem outros fatores que interferem na ocupação do solo. O declive e a exposição solar são exemplo desses fatores. A área em estudo apresenta declives pouco

acentuados na zona central das freguesias, o que levou com que as populações se fixassem nesta zona, pois estavam mais perto de áreas que pudessem ser utilizadas na agricultura. Estavam também perto de áreas florestais, vivendo e trabalhando num sistema agroflorestal.

Os espaços urbanos localizam-se na proximidade das áreas agrícolas e das áreas florestais. São descontínuos na freguesia de Rendufe, havendo uma desfragmentação do tecido urbano, pois as edificações encontram-se muito dispersas. No que diz respeito a Labrujó e Vilar do Monte já se encontram diferenças. O espaço urbano é contínuo, não havendo uma dispersão das edificações.

Na Carta de Ocupação do Solo 2005 (Anexo III), o que mais se destaca é que a maior parte da área é ocupada por meios seminaturais. Estes meios seminaturais são maioritariamente constituídos por ocupação arbustiva e herbácea, havendo também espaços sem ou pouca vegetação. São espaços localizados nas encostas dos montes que rodeiam as freguesias, e por ventura foram espaços florestais percorridos por incêndios, que nunca conseguiram recuperar. O facto de servirem de pastagem pode ser um motivo pelo qual estes espaços não conseguem recuperar.

As áreas florestais encontram-se na periferia das áreas agrícolas, e o que se pode destacar deste tipo de ocupação são as grandes manchas de carvalho, que se encontram principalmente na freguesia de Labrujó.

2.2.3. Fauna, flora e habitats





A área em estudo é um importante elo de ligação das áreas protegidas que se encontram em seu redor. Para além de uma pequena parte da sua área estar integrada na Paisagem Protegida do Corno de Bico, a área em estudo encontra-se próxima da Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos e do Parque Nacional da Peneda Geres.

Nesta área encontram-se várias espécies de fauna e flora que foram identificadas na Paisagem Protegida do Corno de Bico, não havendo fronteiras físicas que limitem a sua presença à área da paisagem protegida. Os garranos,

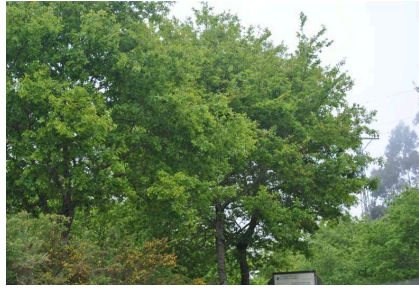
a espécie faunística mais facilmente encontrada, normalmente utilizam os espaços seminaturais para se alimentarem. Frequentemente também se encontram ovelhas e cabras, devido à utilização destas áreas como pastagem.

De entre as várias espécies faunísticas e florísticas que se encontram na área em estudo, as que se encontram com mais facilidade estão descritas na tabela 2.5.

Tabela 2.5. Espécies representativas da área de estudo

Espécies florísticas	Espécies faunísticas
Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>)	Ovelha (<i>Ovis sp.</i>)
	
Figura 2.5. Eucalipto	Figura 2.6. Ovelha
Pinheiro bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	Cabra (<i>Capra sp.</i>)
	
Figura 2.7. Pinheiro bravo	Figura 2.8. Cabra

Carvalho
(*Quercus*
robur)



Garran
o
(*Equus*
caballu
s)

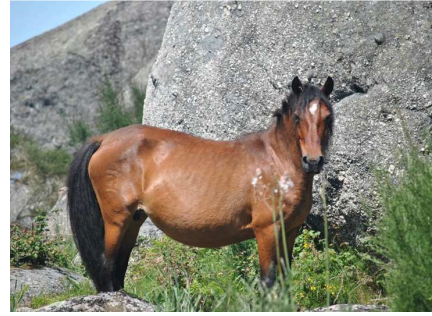


Figura 2.9. Carvalho

Figura 2.10. Garrano

Azevinho
(*Ilex*
aquifolium)



Figura 2.11. Azevinho

Sobreiro
(*Quercus*
suber)



Figura 2.12. Sobreiro

Vidoeiro
(*Betula* sp.)



Figura 2.13. Vidoeiros

Giesta
(*Citysus sp.*)



Figura 2.14. Giesta

Cedro
(*Chamaecyparis obtusa*)

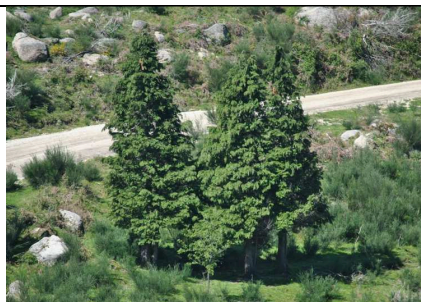


Figura 2.15. Cedros

2.2.4. Pragas, doenças e infestantes

Nas normas de silvicultura definidas no PROF Alto Minho, sugere-se que as áreas florestais devem ser monitorizadas regularmente para procurar indícios de pragas ou doenças. Definiram-se também outras medidas para evitar as pragas e doenças, e medidas de combate e mitigação.

Em visita às áreas florestais, não se verificam espécies florestais que possam estar contaminadas com alguma praga ou doença.

No que diz respeito às infestantes, também não se verifica a existência de grandes manchas, ao contrário de algumas áreas florestais do concelho. Mesmo nos espaços percorridos por incêndios, que são mais suscetíveis ao crescimento de invasoras, essa situação não se verifica (figura 2.16).



Figura 2.16. Área ardida sem infestantes

2.2.5. Incêndios florestais, cheias e outros riscos naturais

Através da análise do PDM de Ponte de Lima, pode-se verificar que a área de estudo está classificada como uma área com risco de erosão. Esse risco de erosão prende-se com o facto de ser uma zona declivosa.

A área não apresenta nenhum risco de cheias, muito pelo facto de ser uma área localizada a uma cota elevada.

Em relação aos incêndios florestais, o número de ocorrências entre 2003 e 2010 diminuiu, apesar de haver um aumento entre 2004 e 2006. No entanto, apesar do número de ocorrências ter diminuído, a área ardida aumentou consideravelmente, ardendo em 2010 cerca de mais 118 hectares do que em 2008 (tabela 2.6).

Tabela 2.6. Incêndios florestais entre 2004 e 2010 (ICNF, 2014)

	2004		2006		2008		2010	
	Nº ocorrências	Area ardida (ha)	Nº ocorrências	Area ardida (ha)	Nº ocorrências	Area ardida (ha)	Nº ocorrências	Area ardida (ha)
Labrujó	0	0	8	24,61	0	0	1	0,07
Rendufe	14	11,84	16	17,06	10	8,79	9	8,1
Vilar do Monte	2	0,051	4	3,65	4	0,405	3	119,1
Total	16	11,89	28	45,32	14	9,195	13	127,2

De acordo com o Mapa de áreas ardidas em 2012/2013 (Anexo IV), pode-se verificar que no ano de 2012 houve um total de 4 ocorrências e ardeu uma área de cerca de 14 hectares. No ano 2013 registou-se apenas uma ocorrência mas a área ardida foi muito superior à totalidade da área ardida do ano anterior.

2.3. Caracterização socioeconómica

2.3.1. Emprego e condições de trabalho

A principal atividade económica da área de estudo centra-se no setor primário, através da atividade agrícola e da pecuária. Os habitantes utilizam as suas propriedades agrícolas para produzirem alimentos que utilizam na sua cadeia alimentar, mas também para produzirem forragens para os animais.



Figura 2.17. Área agrícola de Labrujó

Apesar de existirem infraestruturas que permitem a existência de outras atividades como a restauração e o comércio, nesta área não se encontram outro tipo de atividades económicas com expressividade. A existência de uma carpintaria, mercearia e outras infraestruturas, não é por si só, um incentivo ao empreendedorismo.

As condições de trabalho não são as ideais para os jovens se fixarem nestas freguesias. É uma das razões para a diminuição do número de habitantes. Os jovens vão estudar para outros locais e depois emigram à

procura de oportunidades de trabalho, para países como a França, Suíça e Brasil.

2.3.2. Indicadores demográficos

Neste ponto são abordados quatro pontos essenciais na caracterização demográfica de um território, a saber: densidade populacional e número de habitantes, número de habitantes por faixa etária, idade média da população e taxa de abandono escolar.

Através da tabela 2.7, pode-se verificar que a população ao longo dos anos tem vindo a diminuir consideravelmente, o que implica também uma diminuição da densidade populacional.

A freguesia de Labrujó era aquela que apresentava um menor número de habitantes em 1991, em relação às restantes, situação que se verificava também em 2011. Desde o ano de 1991 até 2011 que a população total do território tem vindo a decrescer, passando de 610 habitantes em 1991 para 417 em 2011. Esta diminuição representa uma perda de cerca de 32% da população existente em 1991.

Tabela 2.7. Densidade populacional e nº de habitantes (INE, 2014)

	1991		2001		2011	
	Densidade populacional	Nº de habitantes	Densidade populacional	Nº de habitantes	Densidade populacional	Nº de habitantes
Labrujó	43,02	171	38,49	153	29,2	127
Rendufe	74,45	275	55,23	204	49,5	184
Vilar do Monte	51,54	164	35,51	113	33,3	106
Subtotal	54,19	610	41,76	470	37,05	417
Total	1497 Habitantes					

Na tabela 2.8, pode-se verificar que a faixa etária com mais habitantes, tanto no ano 2001 como em 2011, é entre os 25 e os 64 anos de idade. Na freguesia de Labrujó assim como em Vilar do Monte, o número de habitantes dessa faixa etária aumentou, ao contrário de Rendufe.

Pode-se também concluir que na freguesia de Vilar do Monte houve um aumento do número de crianças, contrariando a diminuição nas restantes freguesias.

Tabela 2.8. Nº de habitantes por faixa etária (INE, 2014)

	2001				2011			
	0 - 14	15 - 24	25 - 64	> 65	0 - 14	15 - 24	25 - 64	> 65
Labrujó	29	23	56	45	12	22	62	31
Rendufe	32	30	96	46	12	21	87	64
Vilar do Monte	11	16	50	36	17	5	55	29
Subtotal	72	69	202	127	41	48	204	124
Total	470				417			

Através da tabela 2.9, onde está descrita a idade média da população, pode-se verificar que nas freguesias de Labrujó e Rendufe houve um aumento da idade média dos habitantes. Em Vilar do Monte a idade média dos habitantes diminuiu, o que vem ao encontro ao aumento do número de crianças, como indica a tabela 2.8.

Tabela 2.9. Idade média da população (INE, 2014)

	2001	2011
	Idade média (anos)	
Labrujó	41,74	46,24
Rendufe	42,99	49,23
Vilar do Monte	46,27	44,83
Idade média total	43,67	46,77

A taxa de abandono escolar (tabela 2.10) no ano 2001 era elevada em Vilar do Monte, baixa em Rendufe e nula em Labrujó. No ano 2011 verificou-se a diminuição da taxa em Vilar do Monte e Labrujó, não havendo portanto abandono escolar nas três freguesias.

Tabela 2.10. Taxa de abandono escolar

	2001	2011
	Taxa de abandono escolar (%)	
Labrujó	0	0
Rendufe	5,56	0
Vilar do Monte	28,57	0
Média	11,38	0

2.4. Caracterização dos regimes legais

2.4.1. Instrumentos de gestão territorial

Através da análise do instrumento de gestão territorial em vigor, o Plano Diretor Municipal de Ponte de Lima, adiante designado por PDM de Ponte de Lima, pode-se analisar as várias classificações da área em estudo, consoante a planta consultada. Assim sendo, analisando a planta de ordenamento pode-se verificar que existem áreas classificadas como área predominantemente florestal de produção livre, área florestal estruturante, área predominantemente agrícola não incluída na RAN, área agrícola incluída na RAN e área predominantemente habitacional unifamiliar que não está abrangida por um Plano de Urbanização.

Na planta de condicionantes verifica-se que a área está classificada como REN, RAN e regime florestal. Estão também sinalizados três postos de transformação média tensão/baixa tensão. Na planta da REN encontram-se áreas de cabeceira de linha de água e áreas com risco de erosão devido ao declive. As áreas de cabeceira de linha de água têm como função promover a máxima infiltração de modo a reduzir o escoamento superficial e consequentemente a erosão do solo.

2.4.2. Instrumentos de planeamento florestal

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho insere a área de estudo na sub-região homogénea do Vez. Nesta sub-região homogénea foram definidas as seguintes funcionalidades:

1. Proteção

2. Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores
3. Produção

Apresenta vários pontos fortes, sendo a regeneração natural de folhosas autóctones, principalmente de carvalho, é o mais adequado para a área, pois é uma situação que se verifica. Quanto às ameaças, consideram-se a orografia do terreno, o risco de erosão, o ordenamento silvopastoril e os fogos florestais.

Os objetivos específicos para esta sub-região homogénea centram-se na recuperação do perfil do solo através de arborizações, em práticas que conduzam ao melhoramento da atividade silvopastoril e na promoção da floresta de produção com a utilização de espécies autóctones.

2.5. Caracterização de recursos

2.5.1. Rede viária florestal

A rede viária florestal da área de estudo (Anexo V) apresenta-se de um modo geral, num bom estado de conservação. Não é uma rede viária que permita a circulação de veículos ligeiros em toda a sua extensão, mas permite a livre circulação de veículos de entidades competentes na gestão e proteção do território.

É uma rede viária florestal que está bem distribuída por toda a área de estudo e faz a ligação através da floresta aos concelhos de Arcos de Valdevez e de Paredes de Coura. Através da rede viária florestal é possível aceder a todas as infraestruturas DFCEI existentes na área de estudo e localizadas na proximidade.

Existem também inúmeros trilhos que são apenas utilizados por veículos de todo o terreno, nomeadamente jipes e motos.



Figura 2.18. Caminho existente em Rendufe (esquerda) e Labrujó (direita)

A maior parte da rede viária encontra-se condicionada a pessoas e veículos quando o risco de incêndio é máximo, muito elevado ou elevado. Esta é uma medida de prevenção contra incêndios que vigora no período crítico de incêndios.

2.5.2. Infraestruturas DFCI

As infraestruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Anexo V) são elementos muito importantes, como o próprio nome indica, no combate aos incêndios florestais. A área de estudo não possui muitas infraestruturas DFCI. Através de visita à área de estudo pode-se verificar que existe uma represa, denominada represa de Rio Mau, e que se localiza fora dos limites de Labrujó.



Figura 2.19. Infraestruturas de DFCI

Existem também dois pontos de água identificados como infraestruturas DFCI, localizados em Labrujó e Vilar do Monte, que se denominam Penedo do Castelo e Salgueiros Gordos respetivamente.

Verifica-se também um considerável número de charcos/pequenos lagos, que podem ser utilizados para o abastecimento de viaturas de incêndio, mas são principalmente utilizado pelos animais selvagens.



Figura 2.20. Exemplo de um charco de água existente

2.5.3. Infraestruturas de apoio à gestão cinegética, silvopastorícia e recreio e lazer

Em Rendufe, existe um equipamento destinado à pesca desportiva, denominando-se Parque de Pesca de Rendufe. É uma infraestrutura equipada com três lagoas e um espaço no qual pode funcionar um restaurante.



Figura 2.21. Excerto de um jornal no qual se faz referência ao parque de pesca

Em relação a infraestruturas públicas de apoio à silvopastorícia, não se verificam quaisquer infraestruturas no local. O enraizamento da atividade

silvopastoril na área de estudo é um facto consumado sendo que as infraestruturas que existem são de âmbito privado ou seja, as pessoas que possuem gado têm as suas próprias infraestruturas, não existindo nenhuma de âmbito comum.

Na área em estudo localizam-se duas zonas de caça (Anexo VI). A zona de caça da Cruz Vermelha e a de Penide. A zona de caça da Cruz Vermelha é uma zona de caça associativa e é gerida pelo Clube de Caça e Pesca de Ponte de Lima. A zona de caça de Penide também é uma zona de caça associativa e é gerida pela Associação de Caça e Pesca de Santo Humberto de Refoios do Lima. Desta zona de caça fazem parte integrante as freguesias de Vilar do Monte e de Refoios do Lima.

Na proximidade da área de estudo também existem mais duas zonas de caça: a zona de caça da Travanca e a zona de caça de Arcos de Valdevez.

2.6. Caracterização da atividade agrícola na área de estudo

A atividade agrícola é indissociável da área de estudo. É uma atividade que marca o território, molda-o física, socialmente e economicamente.

O número de produtores agrícolas diminuiu consideravelmente entre 1999 e 2009 (tabela 2.11). Em 1999 existiam 90 produtores agrícolas, sendo notório que na altura já eram uma classe envelhecida. Do total dos produtores agrícolas, 49 possuíam mais de 55 anos de idade. Passados 10 anos, em 2009, o número de produtores agrícolas diminuiu para 67. Foi uma diminuição de 23 produtores. Verifica-se também que os produtores com 65 e mais anos de idade são os que mais se destacam, existindo 25 (tabela 2.12). Comparando os restantes grupos etários pode-se concluir que o número de jovens produtores agrícolas, considerando que um jovem agricultor situa-se no grupo etários dos 15 aos 44 anos, diminuiu consideravelmente nestes dez anos. Se em 1999 havia 24 jovens agricultores, em 2009 o número diminuiu substancialmente para os 13 jovens produtores agrícolas.

Tabela 2.11. Produtores agrícolas singulares por grupo etário (INE, 2014)

	2009							1999						
	15	25	35	45	55	65 e	Total	15	25	35	45	55	65 e	
	Total	-	-	-	-	mais		Total	-	-	-	-	-	mais
N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	
Labrujó	24	-	1	4	8	5	6	27	-	1	10	6	3	7
Rendufe	29	-	-	3	6	4	16	43	-	1	7	9	11	15
Vilar do Monte	14	-	1	4	3	3	3	20	1	-	4	2	9	4
Total	67	-	2	11	17	12	25	90	1	2	21	17	23	26

Tabela 2.12. Produtores agrícolas singulares com 65 e mais anos de idade (INE, 2014)

	2009	1999
	N.º	N.º
Labrujó	6	7
Rendufe	16	15
Vilar do Monte	3	4
Total	25	26

Acompanhando a diminuição do número de produtores agrícolas, encontra-se a superfície agrícola utilizada. É necessário clarificar o conceito de superfície agrícola utilizada. A superfície agrícola utilizada (SAU) é definida como “superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes” (INE, 2014). Em 1999, a SAU total da área de estudo era de 611 hectares. Verifica-se que nesse ano, grande parte da SAU era propriedade dos produtores agrícolas. Em 2009 a maior parte da SAU continua a ser propriedade dos produtores agrícolas. No entanto, comparando com 1999, a SAU total diminuiu, ainda que não seja uma área muito elevada. Passou de uma área total de 611 hectares em 1999 para uma área de 603 hectares em 2009. Foi uma diminuição de 7 hectares num período de 10 anos (tabela 2.13).

Tabela 2.13. Superfície agrícola utilizada por forma de exploração (INE, 2014)

	2009				1999			
	Total da SAU	Conta própria	Arrendamento	Outras formas	Total da SAU	Conta própria	Arrendamento	Outras formas
	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha
Labrujó	249	241	6	2	220	206	14	-
Rendufe	119	115	4	-	201	176	10	15
Vilar do Monte	235	227	4	3	190	169	12	10
Total	603	583	14	5	611	551	36	25

Um dado bastante interessante é o substancial aumento da superfície de prados e pastagens permanentes entre 1999 e 2009, apesar da diminuição da SAU no referido período. A superfície de prados e pastagens aumentou 41 hectares (tabela 2.14). Tal facto pode ser explicado pelo aumento do número do efetivo animal das explorações agrícolas. O número total de efetivo animal aumentou entre 1999 e 2009, com especial destaque para os bovinos e os ovinos (tabela 2.15).

Tabela 2.14. Superfície de prados e pastagens permanentes (INE, 2014)

	2009	1999
	ha	ha
Labrujó	206	173
Rendufe	78	132
Vilar do Monte	220	158
Total	504	463

Tabela 2.15. Efetivo animal da exploração agrícola (INE, 2014)

	2009				1999			
	Bovinos	Ovinos	Caprinos	Equídeos	Bovinos	Ovinos	Caprinos	Equídeos
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Labrujó	300	231	-	5	106	126	-	21
Rendufe	45	216	7	-	85	243	-	-
Vilar do Monte	34	305	17	27	34	259	60	28
Subtotal	379	752	24	32	225	628	60	49
Total			1187			962		

Em relação à população agrícola familiar, pode-se verificar que diminuiu entre 1999 e 2009. Dos 322 elementos que faziam parte integrante da população agrícola familiar, apenas se mantêm 237 em 2009. Representa uma diminuição de 85 elementos (tabela 2.16).

Esta diminuição da população agrícola familiar acompanha a diminuição da população residente na área de estudo. Em 20 anos, no período compreendido entre 1991 e 2011, a população diminui consideravelmente. Em 1991 havia 610 habitantes, enquanto que à data dos últimos censos da população apenas havia 417 (tabela 2.17).

Comparando a população agrícola em 2009 com a população residente em 2011, pode-se concluir que praticamente metade da população residente faz parte integrante da população agrícola, ou seja, metade dos residentes fazem parte do agregado familiar dos produtores agrícolas, quer trabalhem ou não nas explorações agrícolas.

Tabela 2.16. População agrícola familiar (INE, 2014)

	2009	1999
	N.º	N.º
Labrujó	86	106
Rendufe	95	145
Vilar do Monte	56	71
Total	237	322

Tabela 2.17. População residente em 2011 (INE, 2014)

	2011	2001	1991
	N.º	N.º	N.º
Labrujó	127	153	171
Rendufe	184	204	275
Vilar do Monte	106	113	164
Total	417	470	610

Os produtores agrícolas investem mais do seu tempo na atividade agrícola na exploração agrícola. Entre 1999 e 2009 os valores inverteram-se, ou seja, em 1999 a maior parte dos produtores agrícolas apenas investia parte do seu tempo na atividade agrícola. Em 2009 a maior parte dos produtores

agrícolas (69,14%) investia o tempo completo de atividade agrícola na exploração agrícola. Pode-se afirmar que os produtores agrícolas entre 1999 e 2009 começaram a dedicar mais do seu tempo às atividades agrícolas na exploração agrícola (tabela 2.18).

Tabela 2.18. Proporção de produtores agrícolas singulares por tempo de atividade agrícola na exploração agrícola (INE, 2014)

	2009		1999	
	Tempo de atividade agrícola na exploração agrícola			
	Tempo completo (225 dias ou 1800 horas/ano)	Tempo parcial	Tempo completo (225 dias ou 1800 horas/ano)	Tempo parcial
	%	%	%	%
Labrujó	91,67	8,33	11,11	88,89
Rendufe	58,62	41,38	30,23	69,77
Vilar do Monte	57,14	42,86	60	40
Total (média)	69,14	30,86	33,78	66,22

Numa análise geral, pode-se concluir que a atividade agrícola entrou em processo de mudança nos últimos anos. Através dos dados analisados no período compreendido entre 1999 e 2009, verifica-se que: o número de produtores agrícolas diminuiu, a superfície agrícola utilizada diminuiu, assim como a população familiar agrícola e a população residente. Por outro lado, a superfície de prados e pastagens aumentou, o número de efetivo animal das explorações agrícolas aumentou, assim como o tempo de atividade agrícola na exploração agrícola.

São dados que levam a crer que a pecuária é uma atividade que está a emergir no panorama da área de estudo, separando-se da agricultura tradicional praticada há anos atrás. Há uma mudança notória, destacando-se o aspeto económico da atividade agrícola em detrimento da agricultura familiar.

CAPÍTULO 3. Materiais e métodos

A base de trabalho da tese de mestrado foram os inquéritos aplicados aos proprietários florestais da área de estudo (anexo VII). Os nomes dos proprietários (tabela 3.1) foram obtidos através de conversa com o presidente da junta (Sr. Manuel), com o ex-presidente da junta de Rendufe (Sr. Matagueira) e com o vereador da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Dr. Paulo Sousa.

Tabela 3.1. Nome dos proprietários identificados

Nome	1ª Escolha aleatória	2ª Escolha aleatória
Casimiro Barreiro de Sousa	1	1
Manuel António Pereira	2	2
Agostinho Pereira Rodrigues	3	3
David da Cunha Rodrigues	4	
Manuel Matagueira	5	
António Manuel Pereira	6	
Manuel Fernandes Araújo	7	
Adelino Fernandes Pereira	8	4
João Rodrigues de Sousa	9	
António Alves Cerqueira	10	
Válter Lima (Pai)	11	
Sérgio Oliveira	12	5
Manuel Alves Antunes	13	6
Florindo Mendes	14	7
José Amorim	15	8
José Calheiros	16	9
Sr. Constantino	17	10
José Dantas	18	
António do Eido	19	
Sr. Adriano	20	

Foram obtidos um total de 20 nomes de proprietários florestais. Para fazer os inquéritos, escolherem-se os proprietários de uma forma aleatória num site para o efeito.

Foram escolhidos 10 proprietários numa fase inicial, sendo escolhidos mais 2 posteriormente. No total foram inquiridos 12 proprietários.



Figura 3.1. Escolha dos 10 proprietários e posterior escolha de 2

Na elaboração do inquérito pretendeu-se obter informação sobre vários temas, como a identificação do proprietário florestal, a caracterização da propriedade, os serviços e produtos obtidos, entre outros.

O tratamento dos dados obtidos foi realizado através de um documento Excel, onde foram transcritos todos os inquéritos realizados.

Em relação à caracterização da área de estudo, a mesma foi efetuada através de visitas ao local e através do programa ArcGis 10.1.

CAPÍTULO 4. Resultados

Os resultados dos inquéritos a seguir apresentados foram divididos consoante os pontos definidos aquando a elaboração do inquérito. Serão apresentados os resultados relativos aos proprietários florestais, à tipologia das propriedades florestais, produtos e serviços, trabalho e investimento e certificação florestal.

4.1. Proprietários florestais

4.1.1. Sexo

Analisando a figura 4.1, pode-se verificar que todos os proprietários florestais inquiridos são do sexo masculino. Não há nenhum proprietário do sexo feminino. No setor agrícola, em 2009, havia 30 produtores agrícolas do sexo feminino, facto diferente do setor florestal (INE, 2014).

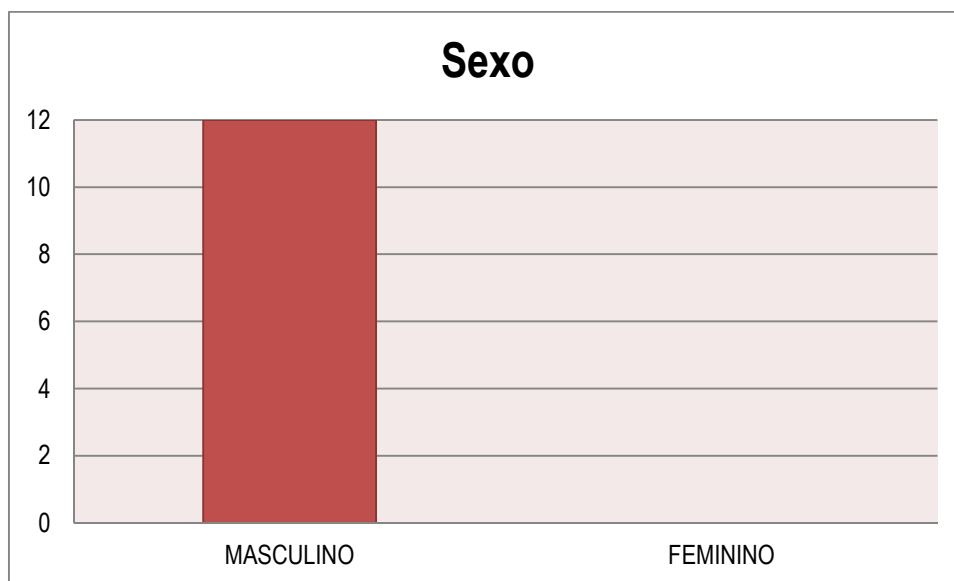


Figura 4.1. Sexo dos proprietários florestais

4.1.2. Idade

Em 2011, cerca de $\frac{1}{4}$ dos habitantes possuía 65 ou mais anos de idade (124 habitantes). É um aspeto que se revela na idade dos proprietários florestais visto que, metade dos proprietários florestais tem mais de 70 anos de idade, o que demonstra que os proprietários florestais são uma classe

envelhecida. Pode-se verificar que não há nenhum proprietário com menos de 50 anos ou seja, todos os proprietários têm pelo menos 50 anos de idade.

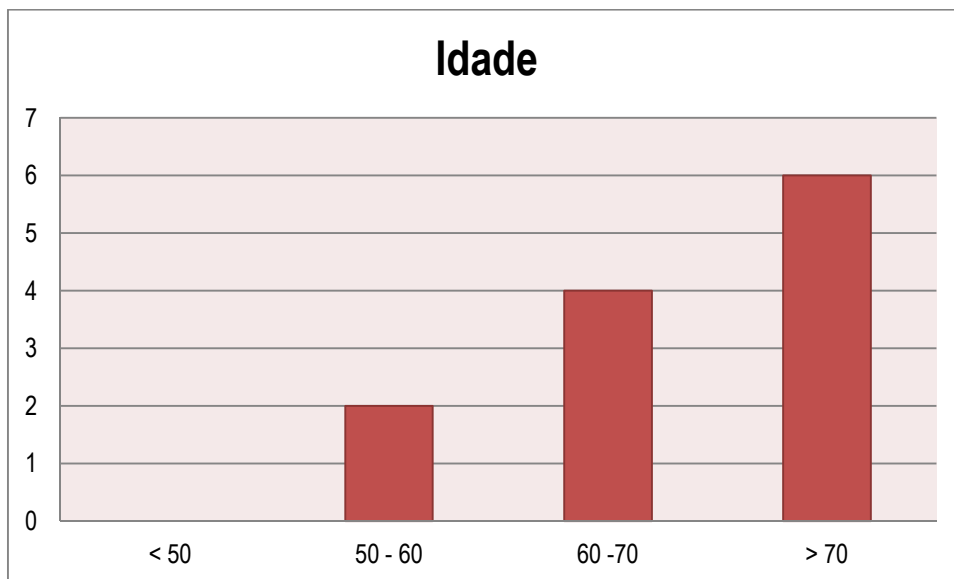


Figura 4.2. Idade dos proprietários florestais

4.1.3. Naturalidade

Metade dos proprietários florestais são naturais de Rendufe. Vilar do Monte é o local que possui menos proprietários naturais do que as restantes duas freguesias. Verifica-se que não existe nenhum proprietário que seja natural de outras freguesias do concelho de Ponte de Lima.

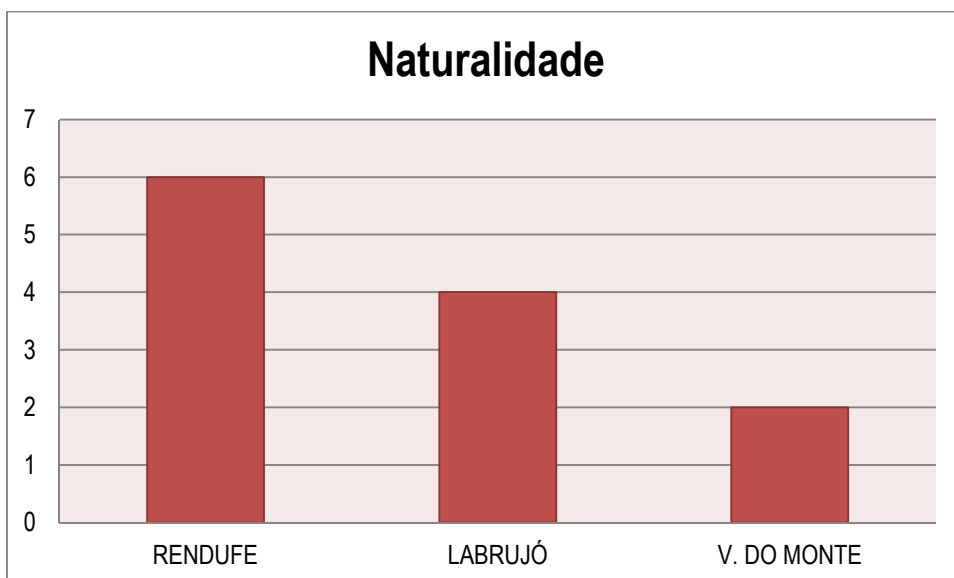


Figura 4.3. Naturalidade dos proprietários florestais

4.1.4. Residência

Metade dos proprietários florestais reside em Rendufe sendo que dos restantes, reside metade em Labrujó e a outra metade em Vilar do Monte. Praticamente todos os proprietários florestais residem na freguesia de onde são naturais. Apenas um proprietário se mudou de Labrujó para Vilar do Monte.

Importa reter o facto de que nenhum dos proprietários florestais reside em freguesias fora do limite da área de estudo. Todos os proprietários residem em Rendufe, Labrujó ou Vilar do Monte.

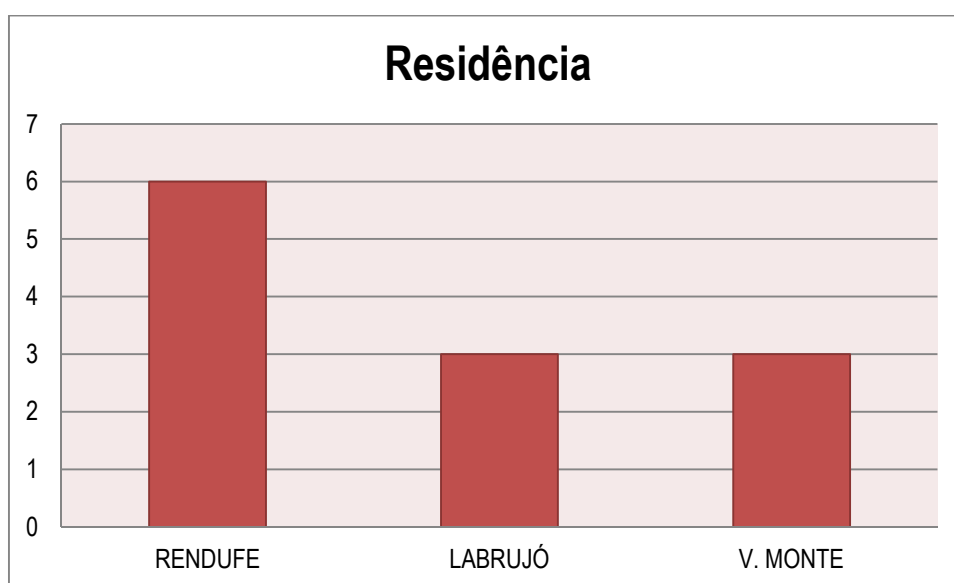


Figura 4.4. Freguesia de residência dos proprietários florestais

4.1.5. Escolaridade

A maioria dos proprietários florestais apenas possui o 4º ano de escolaridade. São 9 os proprietários que possuem o 4º ano de escolaridade, existindo 2 que possuem apenas a antiga 3ª classe de escolaridade. Apenas 1 proprietário é que possui um nível superior ao 4º ano. Possui o 12º ano de escolaridade, o qual foi obtido através do programa novas oportunidades, já na idade adulta.

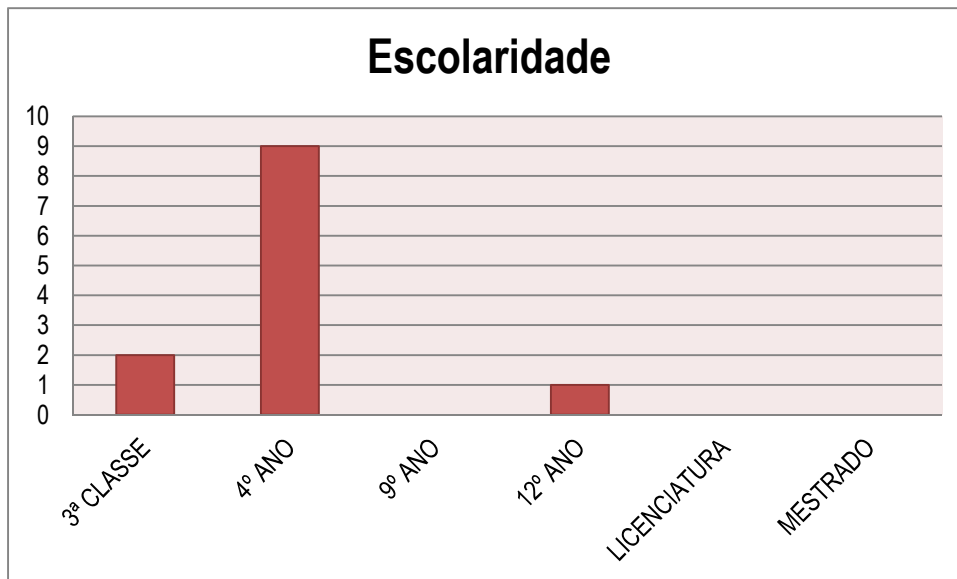


Figura 4.5. Escolaridade dos proprietários florestais

4.1.6. Profissão

Em relação à profissão dos proprietários florestais, apenas existem três tipos de profissões: agricultor, reformado e um pedreiro (desempregado). Metade dos proprietários estão reformados, o que corresponde ao facto da maior parte ter uma idade superior a 70 anos. Os restantes proprietários são agricultores e apenas um proprietário tem outra profissão. Essa profissão é pedreiro encontrando-se no entanto desempregado.

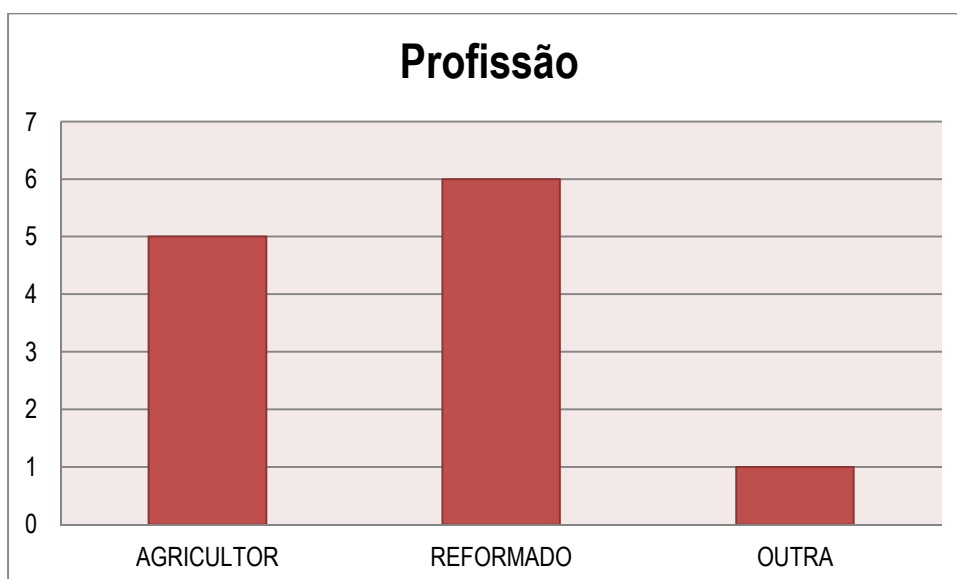


Figura 4.6. Profissão dos proprietários florestais

4.2. Tipologia das Propriedades Florestais

4.2.1. Área florestal total

A maior parte das áreas florestais ocupam entre 600 m² e 1 hectares (6 propriedades). Para além disso, das 12 propriedades florestais, 2 ocupam uma área inferior a 500 m². Existem no total 8 propriedades com uma área inferior a 1 hectares. Apenas 4 propriedades é que possuem uma área florestal superior a 1 hectares. Estes dados demonstram a pequena dimensão das propriedades florestais.

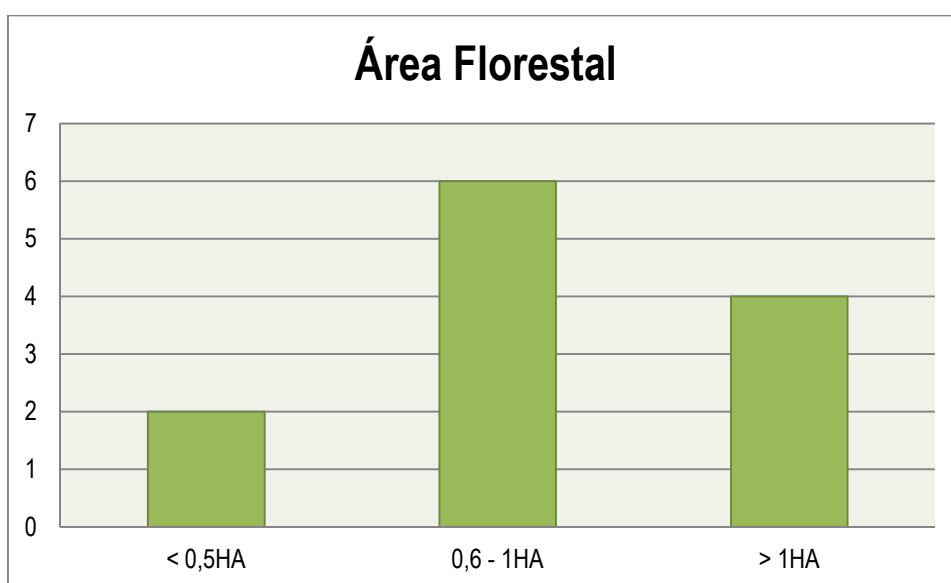


Figura 4.7. Área das propriedades florestais

4.2.2. Espécie florestal dominante

A espécie florestal dominante das áreas florestais é o eucalipto. O eucalipto está presente em praticamente metade das propriedades florestais (5 propriedades são dominadas pelo eucalipto). A seguir ao eucalipto segue-se o carvalho, presente em 3 propriedades. O carvalho é a principal espécie autóctone presente nas propriedades florestais. Nas restantes propriedades florestais (duas propriedades) dominam o castanheiro e o mato.

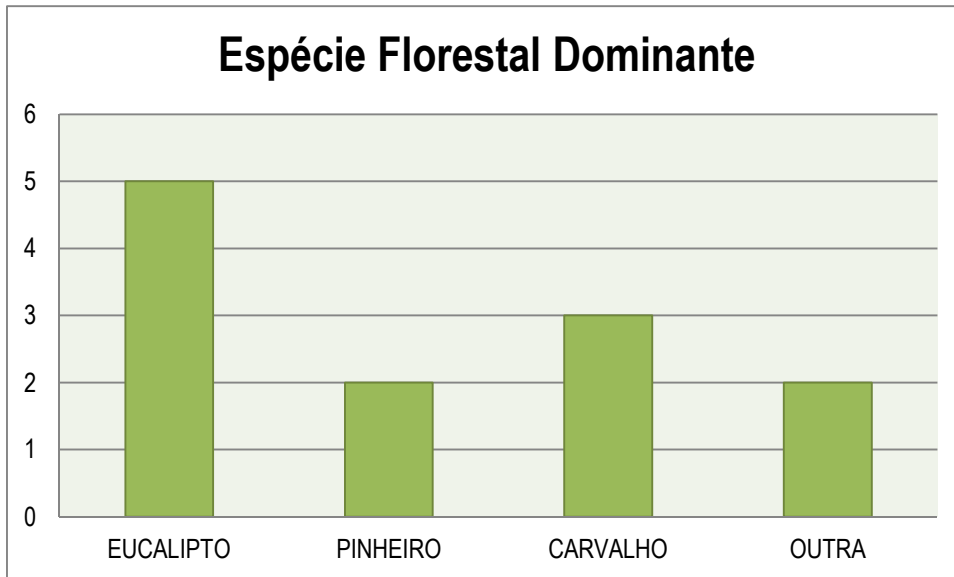


Figura 4.8. Espécie florestal dominante

4.2.3. Existência de espécies invasoras

A existência de espécies invasoras não é um problema que se destaca muito na área florestal da zona de estudo, ao contrário de vasta área florestal do concelho. Apenas em 3 das propriedades é que se encontram espécies invasoras, nomeadamente a *acácia sp.*



Figura 4.9. Existência de espécies invasoras

4.2.4. Número de visitas à propriedade

Os proprietários florestais visitam constantemente as suas propriedades. Praticamente todos os proprietários visitam as propriedades mais de 4 vezes por ano. Apenas proprietário florestal é que visita a sua propriedade apenas 3 vezes por ano. É positivo e importante, o facto dos proprietários florestais visitarem constantemente as suas propriedades. Demonstra interesse pelas propriedades florestais.

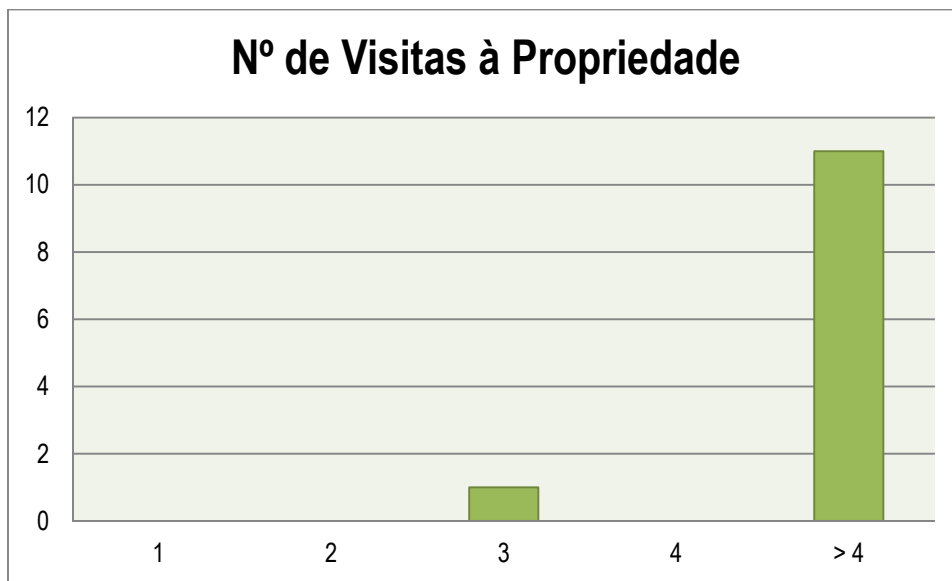


Figura 4.10. Nº de visitas dos proprietários às respetivas propriedades (ano)

4.2.5. Tempo decorrido desde a última visita à propriedade

Em relação ao tempo decorrido desde a última visita à propriedade, aquando a data de realização dos inquéritos, a maior parte dos proprietários tinha visitado a sua propriedade há cerca de 1 mês. Os restantes proprietários (5) tinham visitado as propriedades na semana anterior.

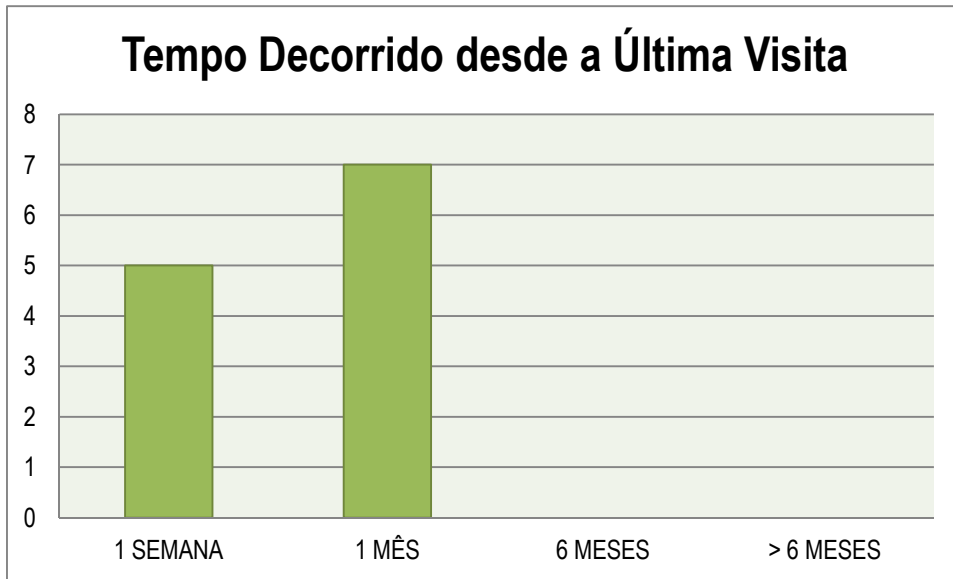


Figura 4.11. Tempo decorrido desde a última visita à propriedade

4.2.6. Incêndios florestais

No que diz respeito a incêndios florestais, a maior parte das propriedades já foram afetadas. Foram 8 as propriedades onde já ocorreu pelo menos um incêndio florestal sendo que a área afetada foi superior a 1 hectares em metade das propriedades e inferior a 1 hectares na restante metade. Nas restantes 4 propriedades não ocorreu nenhum incêndio até à data.

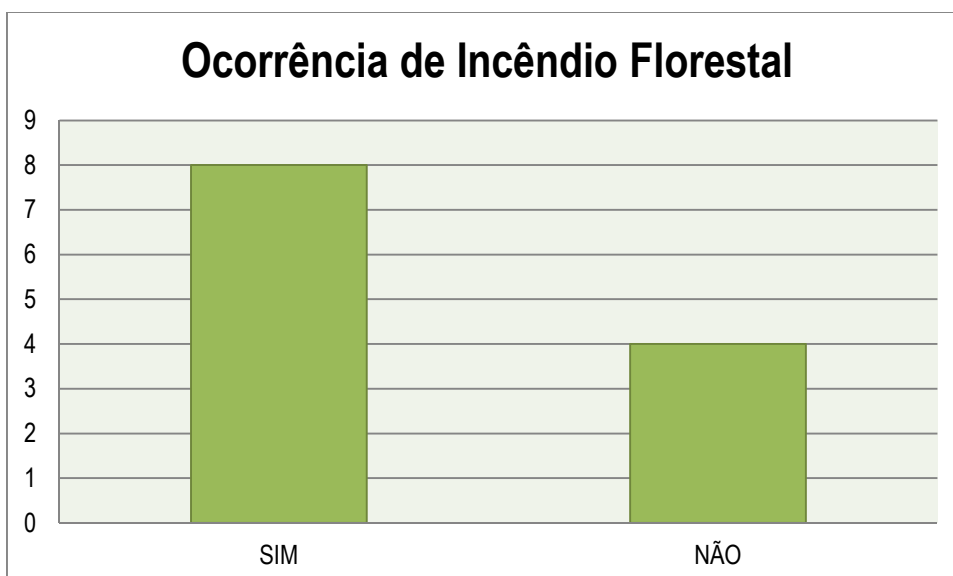


Figura 4.12. Ocorrência de incêndio florestal

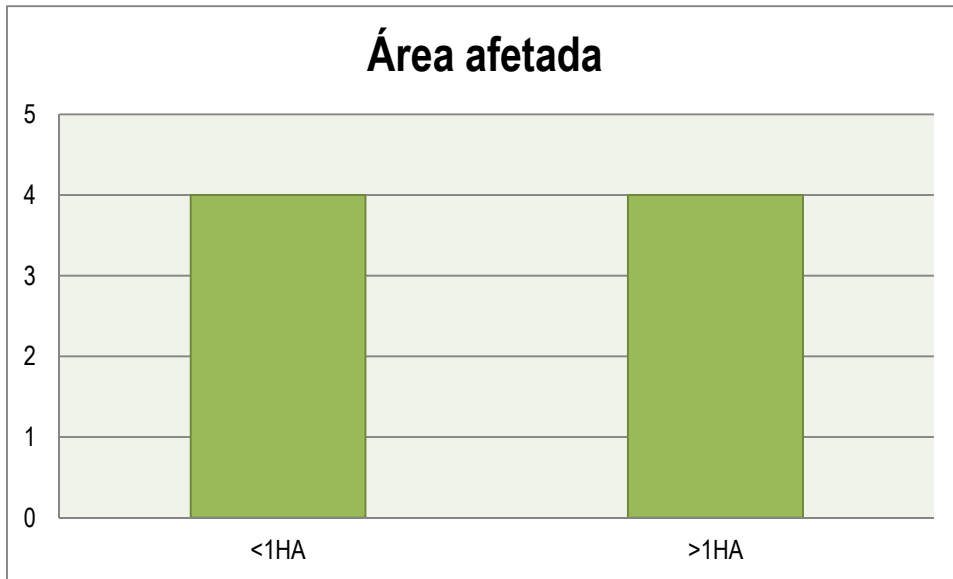


Figura 4.13. Área afetada pelo incêndio florestal

Um aspeto que se verifica é que 8 das propriedades nas quais ocorreram incêndios florestais, 6 tinham sido alvo de limpeza de mato anteriormente. A maior parte dos incêndios, 6 incêndios, ocorreram entre 2010 e 2012. Os restantes incêndios ocorreram entre 2007 e 2009, registando-se a ocorrência de um incendio florestal antes do ano de 2004.

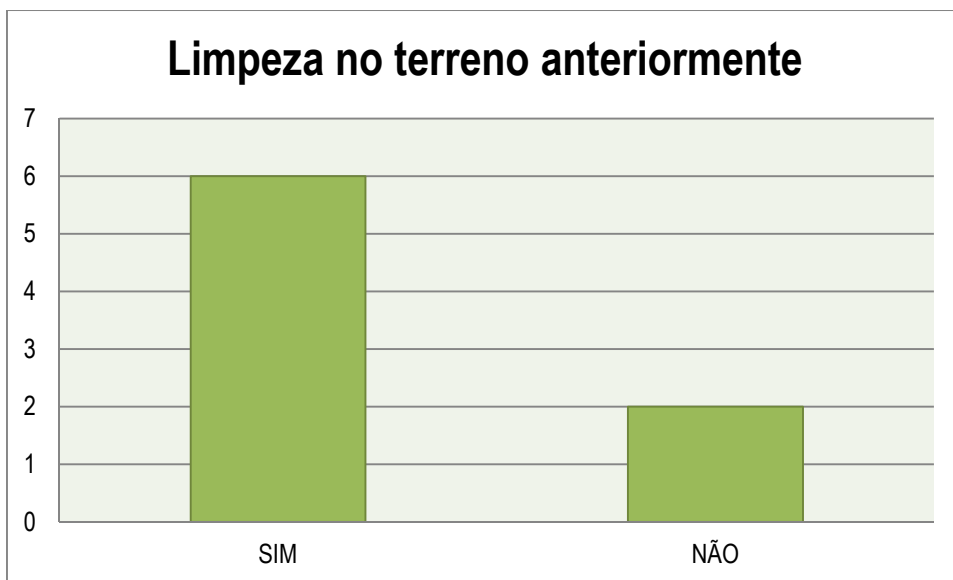


Figura 4.14. Limpeza no terreno anteriormente ao incêndio

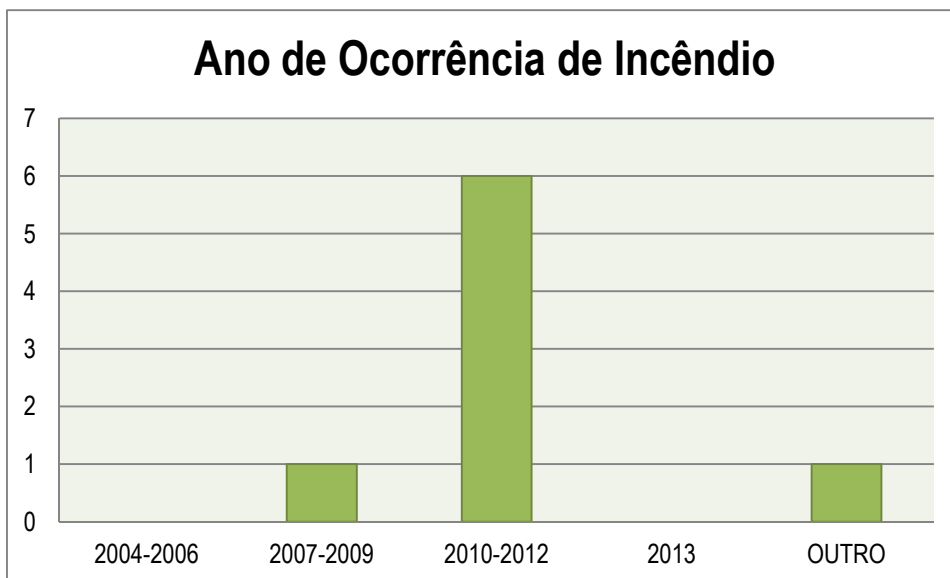


Figura 4.15. Ano de ocorrência do último incêndio florestal

4.3. Produtos e serviços

4.3.1. Rendimento e investimento

Do total dos proprietários florestais inquiridos, uma grande parte não obtém qualquer rendimento da propriedade florestal (8 proprietários florestais). Dos 4 proprietários que obtiveram algum tipo de rendimento, apenas um é que investiu parte dele nas suas propriedades florestais.

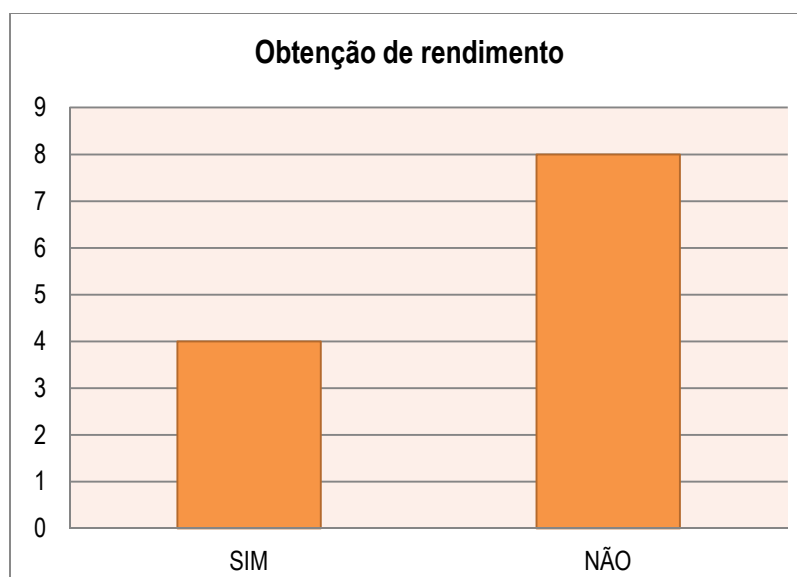


Figura 4.16. Obtenção de rendimento

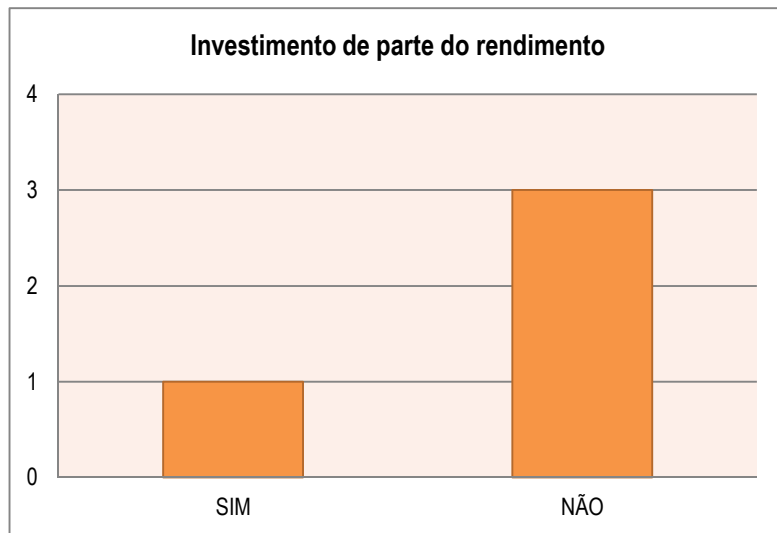


Figura 4.17. Investimento realizado por parte do rendimento obtido

4.3.2. Produtos e serviços obtidos na propriedade florestal

Os proprietários florestais apenas obtêm quatro produtos das suas propriedades. A lenha é o principal produto obtido das propriedades juntamente com a madeira, sendo obtidos em 9 das propriedades. Os matos são obtidos em 6 propriedades e por fim, 2 propriedades são utilizadas como pastagem para os animais.

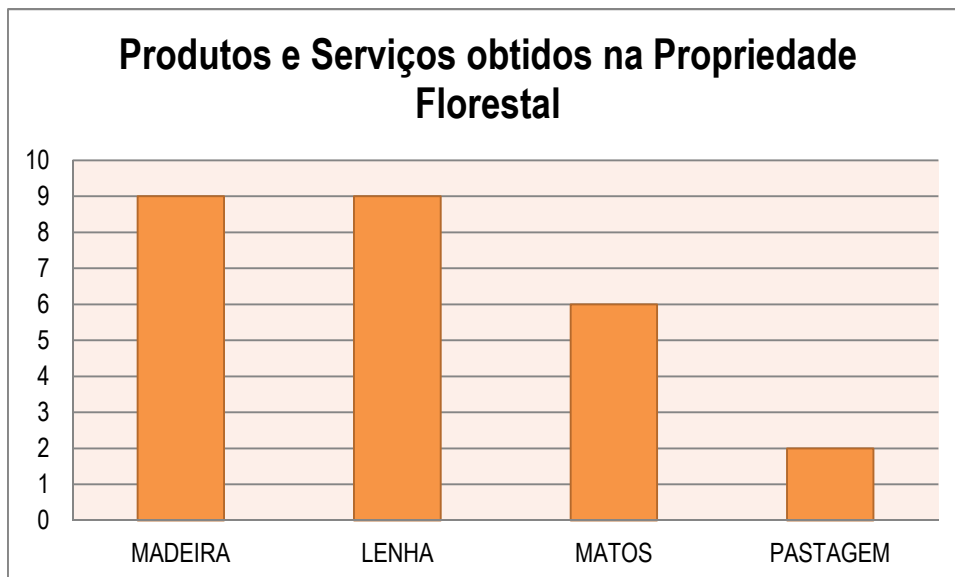


Figura 4.18. Produtos e serviços obtidos na propriedade florestal

4.4. Trabalho e investimento

4.4.1. Instalação de povoamento florestal

A instalação de um povoamento florestal realizou-se em grande parte das propriedades. Foram 8 as propriedades nas quais os proprietários florestais procederam à instalação de um povoamento florestal. A principal espécie instalada foi o eucalipto. Foi instalado em 8 propriedades. O carvalho foi a outra espécie instalada mas apenas numa propriedade florestal.

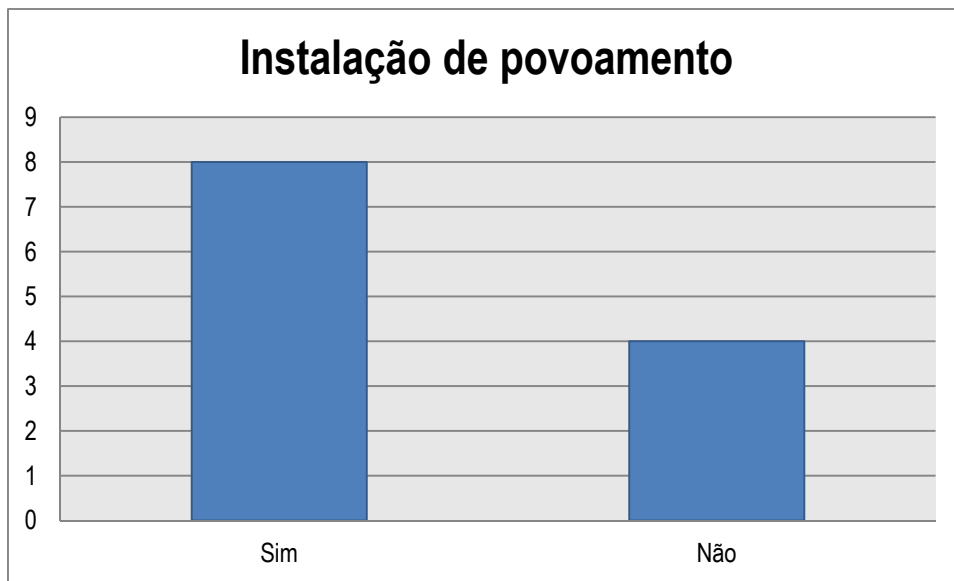


Figura 4.19. Instalação de povoamento florestal

As instalações foram realizadas através de duas técnicas: plantação e regeneração. A plantação foi utilizada em 7 das instalações efetuadas e a regeneração apenas numa instalação. Em todas as instalações foi o proprietário florestal que as realizou, não tendo recorrido a nenhuma empresa para o efeito.

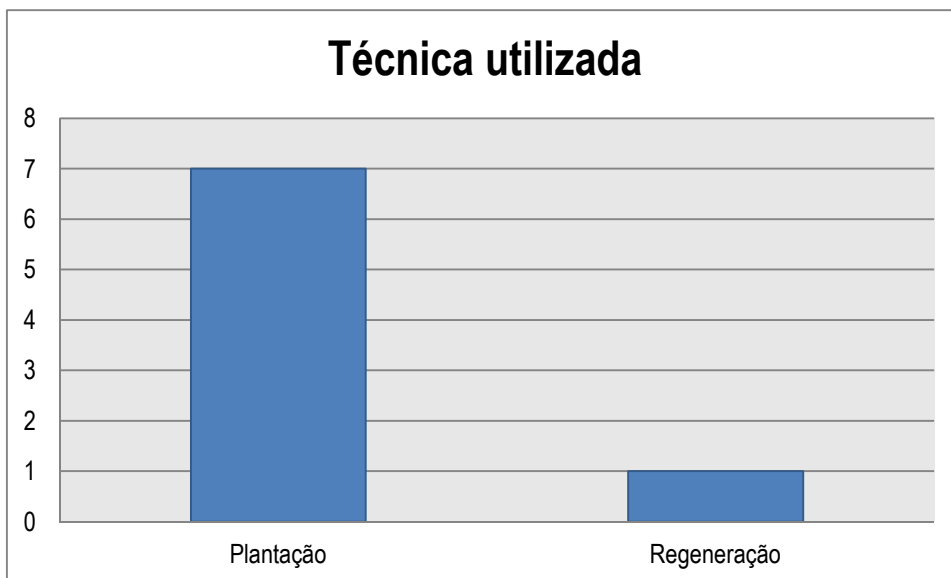


Figura 4.20. Técnica utilizada na plantação



Figura 4.21. Quem realizou a instalação de povoamento florestal

4.4.2. Operações florestais

As operações florestais a que se refere este ponto são essencialmente desramações, desbastes e limpezas florestais.

A maior parte dos proprietários florestais já realizaram pelo menos uma das referidas operações florestais (11 proprietários). Essas intervenções foram todas realizadas pelos próprios proprietários, não recorrendo os mesmos a nenhuma empresa.

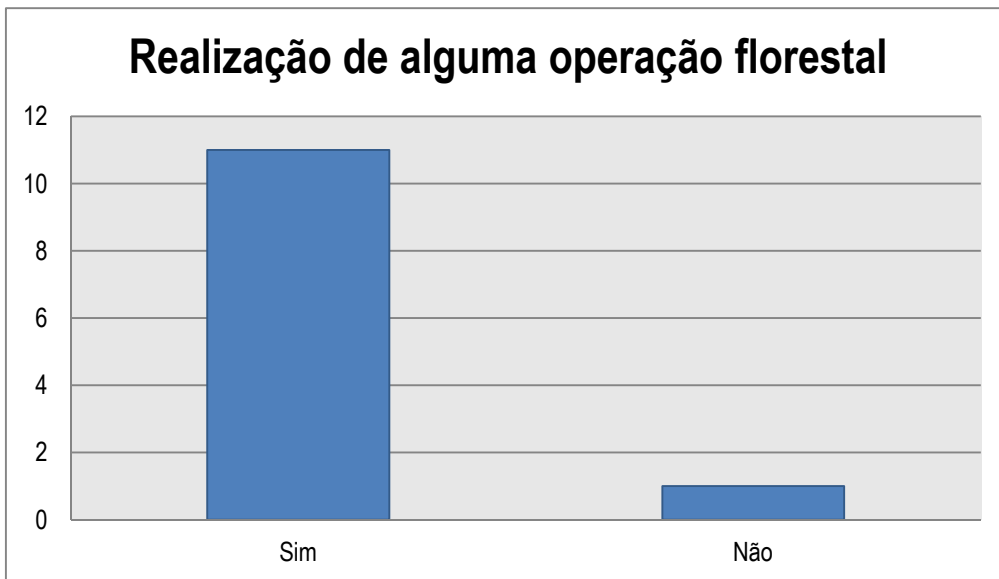


Figura 4.22. Realização de alguma operação florestal

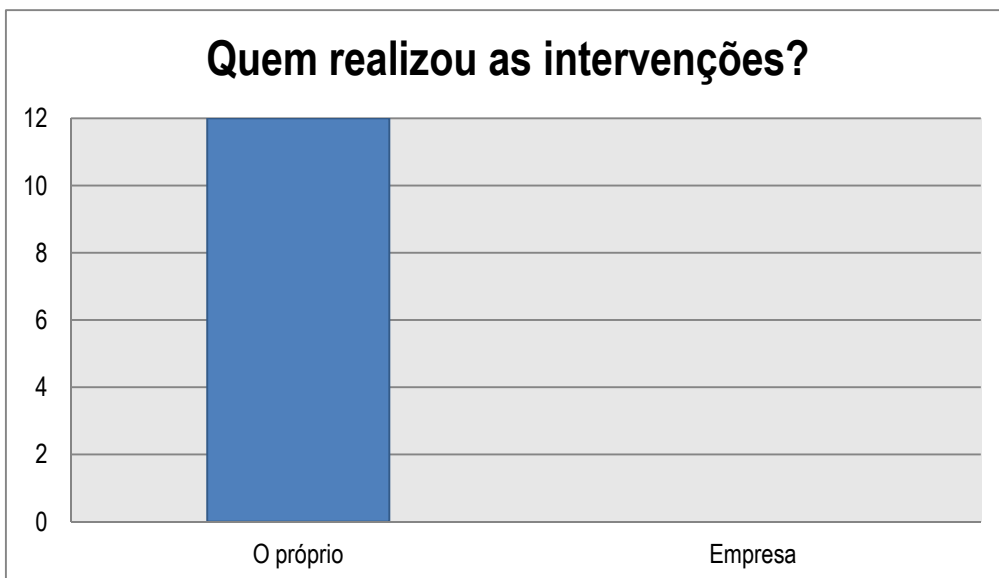


Figura 4.23. Quem realizou as intervenções

Em relação às motivações que levam os proprietários florestais a realizar estas operações (desbastes e desramações), 6 referiram que o principal motivo é a produção florestal, e os outros 6 proprietários referiram que é para evitar o abandono das propriedades florestais.

Em relação à realização de limpezas florestais nas propriedades, todos os proprietários afirmaram que o principal motivo é a sua vontade própria e não responder à legislação em vigor.

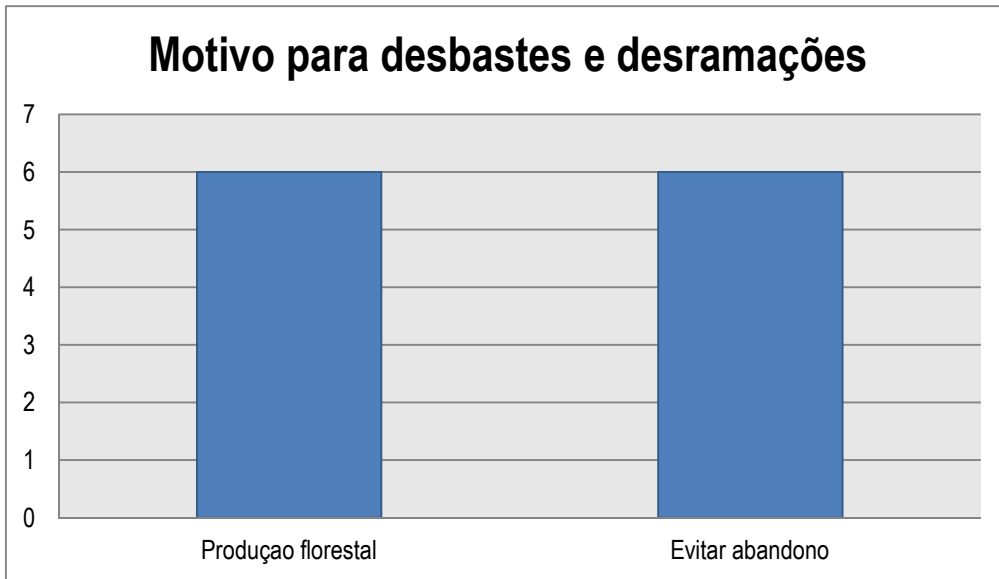


Figura 4.24. Motivo para desbastes e desramações

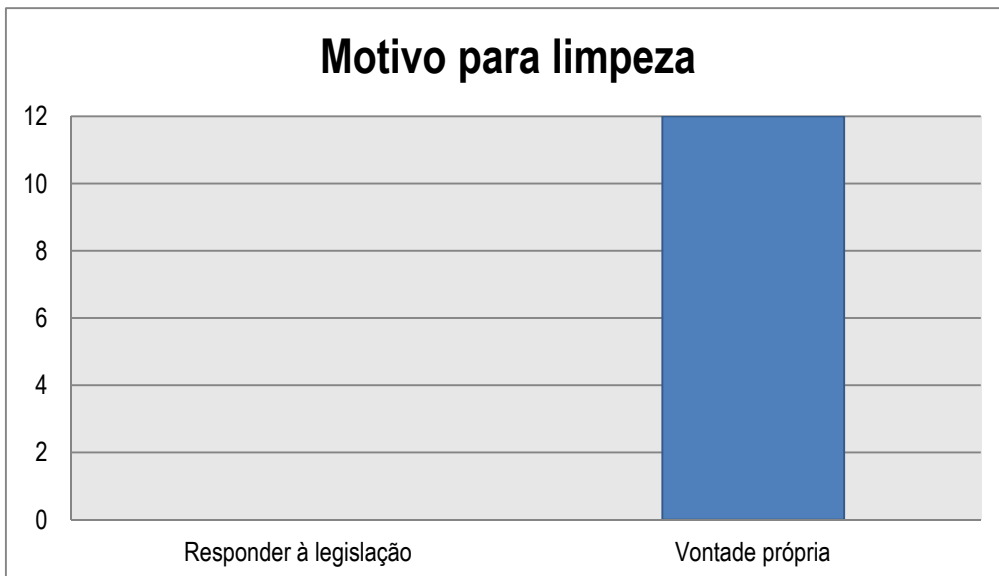


Figura 4.25. Motivo para limpeza

As operações florestais tinham sido realizadas há mais de um ano em 8 das propriedades e há menos de um ano nas restantes. No entanto todos os proprietários florestais afirmaram que tentavam limpar as suas propriedades pelo menos 1 vez por ano.

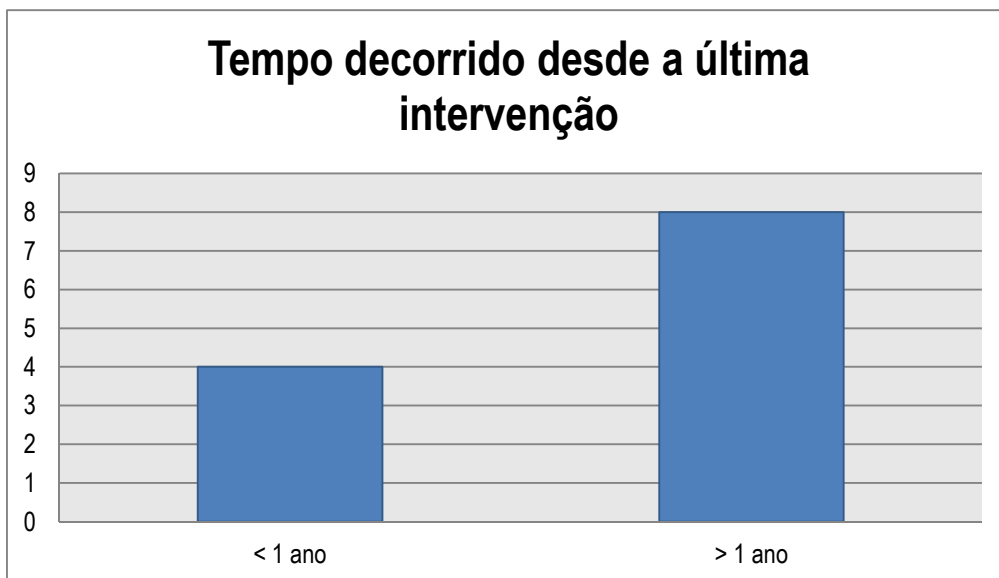


Figura 4.26. Tempo decorrido desde a última intervenção

4.4.3. Investimento

Grande parte dos proprietários florestais realizou investimentos nas suas propriedades. Metade deles realizou apenas um investimento enquanto 1 proprietário realizou dois investimentos. Um número bastante elevado de proprietários não realizou qualquer tipo de investimento (5 proprietários).

Em relação ao capital investido nas propriedades, dos 7 proprietários que investiram, 6 investiram um valor inferior a 1.000 €. O restante proprietário investiu um valor total entre 1.000 e 1.900 €.

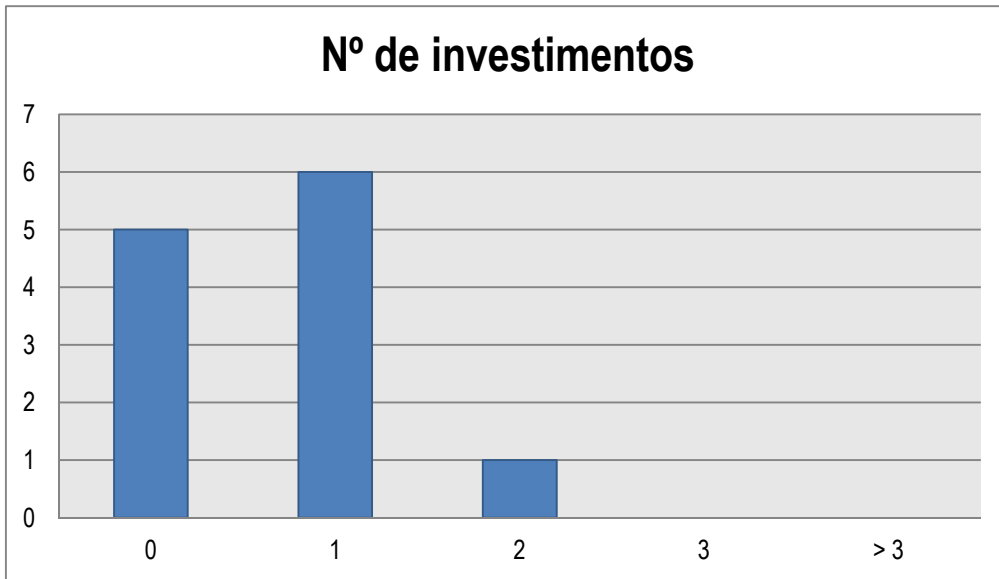


Figura 4.27. Nº de investimentos realizados

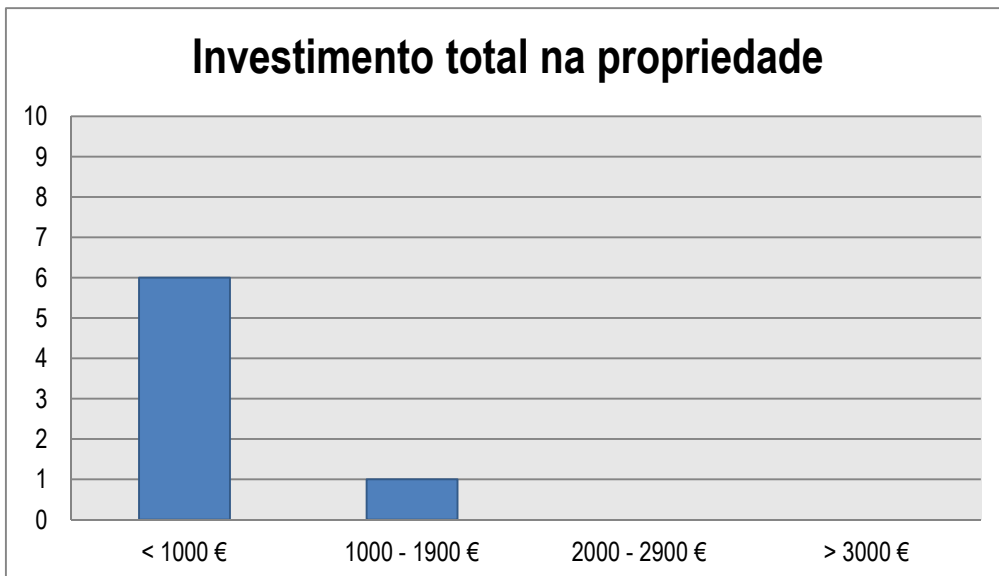


Figura 4.28. Investimento total na propriedade

No que diz respeito à origem do financiamento, todos os proprietários florestais optaram pelo capital próprio em detrimento de outras fontes de financiamento.

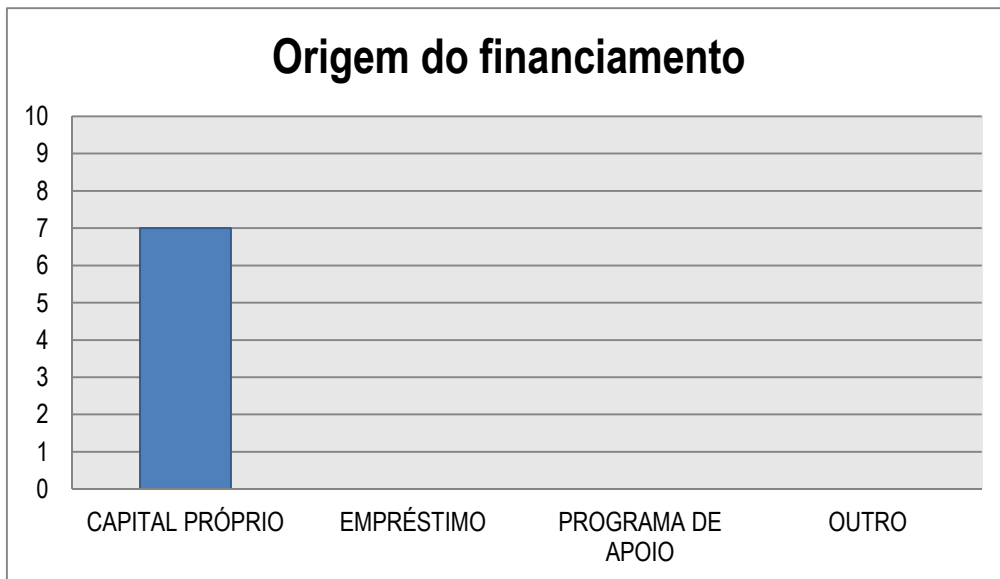


Figura 4.29. Origem do financiamento

4.5. Certificação florestal

4.5.1. ZIF e Certificação florestal

Praticamente a totalidade dos proprietários florestais não possui a sua propriedade florestal em ZIF nem em área florestal certificada. Apenas 1 proprietário possui a sua propriedade inserida em ZIF e outro possui em ZIF e em área florestal certificada.

Em relação ao conhecimento sobre o que é a certificação florestal, maior parte dos proprietários (11 proprietários) afirma que não sabe o que é.

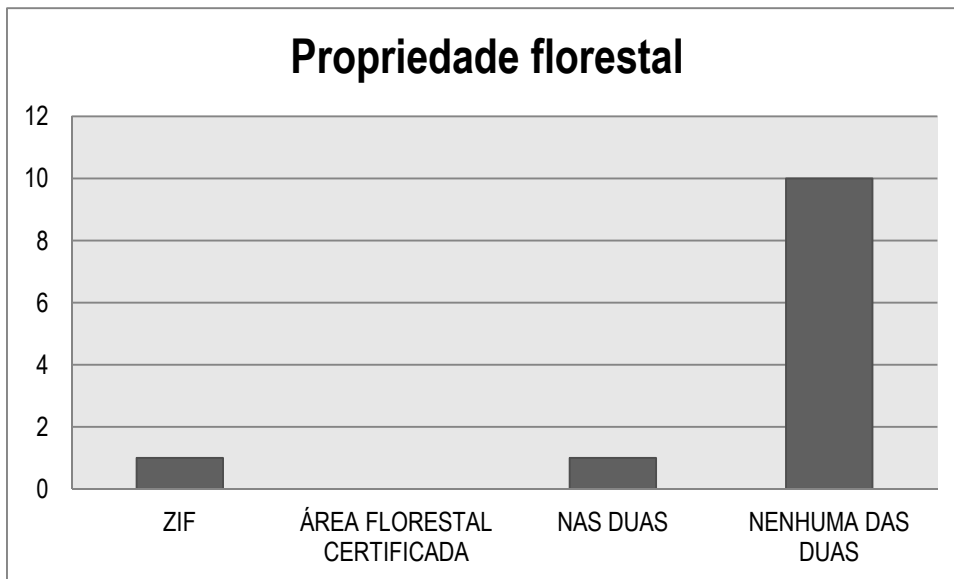


Figura 4.30. Inserção da propriedade em ZIF e/ou área florestal certificada

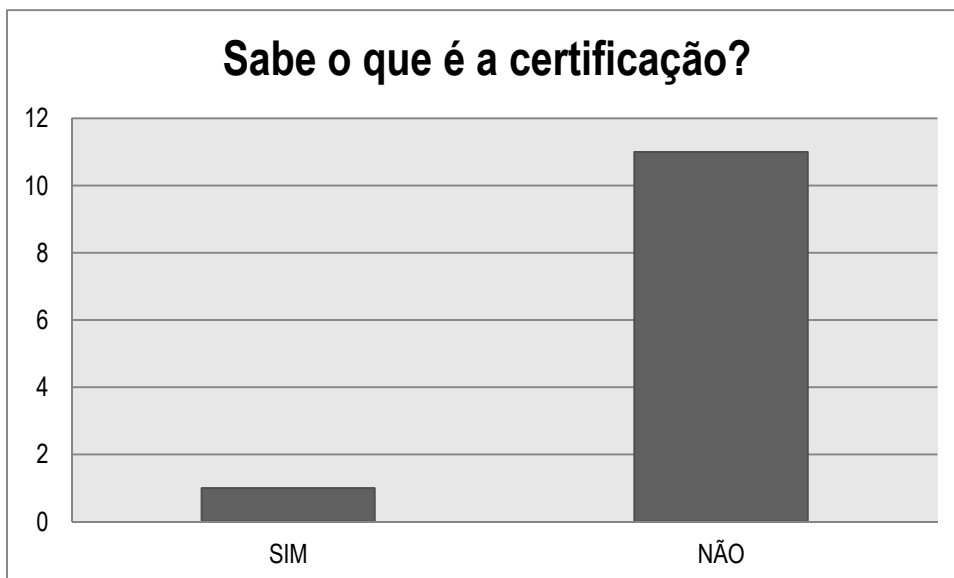


Figura 4.31. Conhecimento sobre a certificação

Quando questionados se gostariam que a propriedade estivesse inserida em área florestal certificada, a maior parte afirmou que não queria (8 proprietários). Os principais motivos apresentados para a não integração em área florestal certificada foram a falta de vantagens económicas (4 proprietários) e a falta de interesse em certificar (3 proprietários).

Por outro lado, os proprietários que afirmaram que gostavam que as propriedades estivessem inseridas em área florestal certificada, justificaram que era principalmente pelo aspeto económico (4 proprietários).

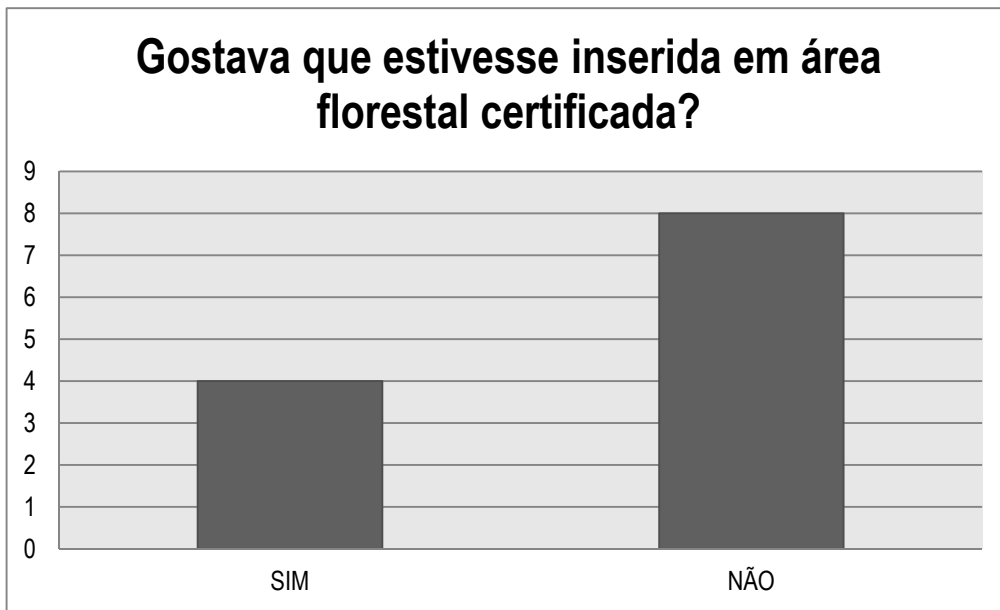


Figura 4.32. Vontade que a propriedade estivesse inserida em área florestal certificada

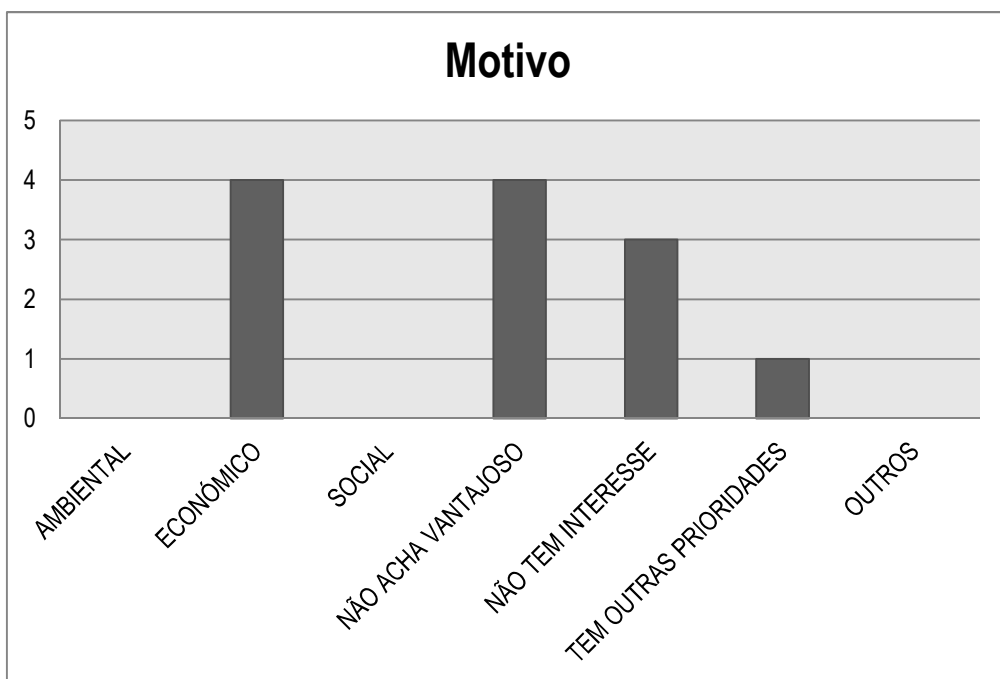


Figura 4.33. Motivo para que a propriedade estivesse inserida em área florestal certificada

CAPÍTULO 5. Discussão de resultados

5.1. Proprietários florestais

De todos os proprietários inquiridos, verificou-se que os proprietários florestais são todos do sexo masculino. Segundo Baptista (2005), os proprietários florestais são geralmente homens. Não há nenhuma mulher que seja proprietária florestal. As mulheres apenas podem ser chamadas de proprietárias florestais se considerarmos que são casadas com comunhão de bens. Mesmo assim, as propriedades florestais estão no nome dos respetivos maridos. Com este facto pode-se concluir que as mulheres não têm interesse em ser proprietárias florestais, deixando as propriedades florestais do casal em nome do marido. Na atividade agrícola a situação já é diferente. Verifica-se que os produtores agrícolas do sexo feminino representam praticamente metade do total dos produtores agrícolas. É um facto curioso e pertinente, que leva a questionar o porquê de existirem produtores agrícolas do sexo feminino e não existirem proprietários florestais.

Tabela 5.1. Número total de produtores agrícolas por sexo em 2009 (INE, 2014)

	N.º total de produtores agrícolas	Nº total de produtores agrícolas do sexo feminino
Labrujó	24	10
Rendufe	29	13
Vilar do Monte	14	7
Total	67	30

Em relação à idade dos proprietários florestais, verificou-se que metade tem mais de 70 anos de idade, ou seja, os proprietários florestais estão envelhecidos. Não há nenhum proprietário com menos de 50 anos, podendo-se afirmar que os jovens não têm qualquer interesse nas propriedades florestais e provavelmente apenas se tornam proprietários florestais através de herança familiar, surgindo então a nova tipologia de proprietários: proprietários florestais não agricultores que vivem em áreas urbanas, com profissões não agrícolas e que dependem de outras fontes de rendimento que não a produção primária (Kvarda, 2004; Canadas, J., M., Novais, A., 2014).

Muitos proprietários florestais preocupam-se com o futuro das suas propriedades pois a sua geração de proprietários está a alterar-se e serão os seus filhos os novos proprietários. O problema é que os atuais proprietários têm a certeza que as propriedades irão ficar ao abandono, pois os filhos vão ter mais com o que se preocupar do que com “um pedaço de monte no meio do nada”.

Os proprietários são todos naturais e residem na área de estudo. Não há ninguém que tenha uma propriedade florestal na área de estudo que seja natural ou resida noutra freguesia. Os proprietários preferem que as suas propriedades estejam localizadas próximo do local onde habitam, de modo a poderem visitá-las com mais regularidade e não terem que fazer grandes deslocações. Este facto justifica-se também devido à organização do sistema agro-pastoril. De um modo geral, o sistema agro-pastoril organizava-se através de uma estrutura aureolar em torno dos aglomerados, à volta dos quais se concentrava a agricultura, circundando os pastos comuns e determinando o recuo das florestas para as áreas marginais (Caldas, 1991; Aguiar & Pinto, 2007; Müller, 2014).

A grande maioria dos proprietários florestais apenas possui o 4º ano de escolaridade. Apenas uma pequena percentagem é que possui o 12º ano. Este facto deve-se em parte à idade dos proprietários. Antigamente os estudos não eram uma prioridade e como grande parte dos proprietários tem mais de 70 anos, é normal que a maior parte das pessoas apenas tenha o 4º ano de escolaridade.

Em relação à profissão dos proprietários florestais, verifica-se que os proprietários florestais na sua maioria são agricultores ou estão reformados. A relação entre a idade dos proprietários florestais com a sua profissão revela que existia de facto uma relação entre a floresta e a atividade agrícola, sendo que os proprietários florestais possuíam também explorações agrícolas. Praticamente todos os proprietários florestais eram agricultores demonstrando a complementaridade entre as explorações agrícolas com a atividade florestal referida por Canadas e Novais (2014).

Posto isto, pode-se definir que o típico proprietário florestal das zonas montanhosas do concelho de Ponte de Lima é homem, com mais de 70 anos de idade, residente na proximidade das suas propriedades, possuindo uma relação estreita com a atividade agrícola.

5.2. Tipologia das propriedades florestais

A maior parte das propriedades florestais tem uma área relativamente pequena. Possuem uma área inferior a 1 hectare. Existem poucos proprietários que possuem área com mais de 1 hectare, o que corresponde à realidade do Norte de Portugal em relação à dimensão das propriedades privadas. Como Coelho (2003) afirmava, “*no Norte, as florestas privadas caracterizam-se pela predominância de parcelas de muito pequena dimensão.*” A dimensão reduzida das parcelas torna-se de certa forma, num problema na adoção de novos modelos de gestão florestal.

Nas propriedades florestais, a espécie florestal dominante é o eucalipto. É um dado que comprova a tendência de crescimento do eucalipto, tornando-o numa das principais espécies florestais existentes nas florestas do concelho de Ponte de Lima (IFN 5). Está presente em mais de metade das propriedades florestais. O pinheiro bravo também está presente em algumas propriedades mas nunca comparável à presença do eucalipto. O carvalho é a espécie autóctone que está mais presente nas propriedades. Também se podem encontrar castanheiros e áreas com matos. O facto que se destaca nas propriedades florestais é a ausência de espécies invasoras. Apenas em algumas propriedades é que se encontram algumas invasoras, nomeadamente a *acácia sp*, contrariamente ao que se verifica em muitas áreas florestais. Para a não existência de espécies invasoras muito contribui o cuidado que os proprietários têm com as suas propriedades, limpando o mato pelo menos uma vez por ano.

Em relação ao número de vezes que visitam as propriedades por ano, os proprietários florestais afirmam que vão constantemente às mesmas, contribuindo para isso, a proximidade do local das suas residências em relação às propriedades. Praticamente todos os proprietários florestais visitam as suas

propriedades mais de 4 vezes por ano e à data dos inquéritos, a maior parte dos proprietários tinha visitado as suas propriedades pela última vez, no espaço de um mês.

Os incêndios florestais são um aspeto comum a muitas propriedades florestais, pois muitas já foram afetadas. A maior parte dos incêndios florestais ocorreu há mais de dois anos, entre 2010 e 2012. Em metade das propriedades ardeu uma área superior a 1 hectare, o que significa que algumas arderam na totalidade no entanto, a severidade do incêndio florestal pode não ter sido muito elevada, pois grande parte das propriedades tinha sofrido uma limpeza anteriormente. Há uma preocupação dos proprietários em manterem as suas propriedades florestais em limpas, mais não seja por uma questão de orgulho, para demonstrar na sociedade onde estão inseridos que cuidam das suas propriedades. Alguns proprietários acham que a limpeza das propriedades é importante porque assim poupam dinheiro: utilizam o mato com os seus animais e não têm necessidade de comprar lenha. Contudo, também questionam: *“Porque é que havemos de limpar as nossas propriedades, quando o Estado que devia de dar o exemplo, não o dá?”*

As propriedades florestais das zonas montanhosas do concelho de Ponte de Lima são dominadas pelo eucalipto. Existem também muitas propriedades nas quais o carvalho é a espécie dominante. É um aspeto positivo, notando-se uma certa preocupação que não seja por questões económicas, pois para obter rendimento os proprietários poderiam optar por fazer plantações de eucalipto. Têm uma área inferior a 1 hectare como a maior parte das propriedades florestais privadas do Norte do país e já foram afetadas por incêndios florestais. São constantemente visitadas pelos proprietários visto que, as propriedades florestais localizam-se na proximidade da sua residência.

5.3. Produtos e serviços

Grande parte dos proprietários florestais não obtém qualquer rendimento económico das suas propriedades, demonstrando mais uma vez que, são mais do que meras questões económicas que motivam os proprietários a manterem as suas propriedades florestais (Heitor, 2014).

Dos proprietários florestais que obtêm rendimentos, apenas uma pequena parte deles é que investe parte do rendimento na propriedade, nomeadamente na realização de novas plantações. Os restantes, utilizam o rendimento obtido de outra forma, não fazendo muita diferença no orçamento familiar, preferindo dar o dinheiro obtido aos seus filhos.

Em relação aos produtos obtidos, apenas obtêm lenha, madeira e matos. Também utilizam as propriedades para pastagem. Como Baptista e Santos (2005) afirmaram, o convívio entre a floresta não se resumia à madeira das árvores, utilizando os matos na “cama” dos animais nos currais, a utilização da lenha, pinhas e carumas para alimentar o lume doméstico e a utilização dos matos como pastagem. As funções das propriedades florestais têm-se mantido com a atual geração de proprietários, evitando os mesmos, a massificação das florestas com a exclusiva função produtiva e a obtenção de rendimento económico. A lenha obtida serve para utilizar em casa durante o inverno, ao invés de terem que a comprar e os matos servem para fazer a “cama” dos animais. Os rendimentos económicos obtidos provêm da madeira vendida.

5.4. Trabalho e investimento

Grande parte dos proprietários florestais procedeu à instalação de um povoamento florestal nas suas propriedades. Em todas as propriedades foi instalado o eucalipto, pois os proprietários pretendem obter rendimento com a venda de madeira. A plantação do eucalipto com o objetivo de obter rendimento económico, deve-se principalmente à preocupação dos proprietários para com os seus filhos. Pretendem que os seus filhos venham a retirar proveitos económicos das plantações com a venda da madeira, pois sabem que de outra forma, as suas propriedades ficariam abandonadas. O carvalho também foi uma espécie instalada, ainda que em apenas algumas propriedades.

Os proprietários não recorreram a nenhuma empresa para proceder à instalação do povoamento, preferindo ser eles próprios a instalar. Não há um investimento muito elevado nas plantações que realizam, optando pela mão-

de-obra familiar e pela ajuda de vizinhos. As instalações foram realizadas de duas formas: plantação e regeneração. A plantação foi utilizada na maior parte das instalações efetuadas e foi o proprietário que comprou e que plantou as espécies. Um aspeto curioso é que os proprietários florestais não tiveram em consideração a boa sanidade das espécies na altura da compra, considerando apenas o custo de cada de cada unidade. A regeneração foi conseguida a partir de um corte de madeira realizado anteriormente.

Em relação à realização de operações florestais, pode-se afirmar que praticamente todos os proprietários já realizaram pelo menos uma operação. Consideram-se operações florestais as desramações, desbastes e limpezas. Essas operações foram realizadas pelos próprios, não recorrendo a nenhuma empresa, de igual modo como na instalação do povoamento florestal.

Em relação aos motivos que levaram os proprietários a realizar as operações de desbaste e desramação, pode-se afirmar que metade dos proprietários queriam evitar o abandono da propriedade e os restantes tinham como objetivo a produção florestal. No que diz respeito às limpezas florestais, os proprietários realizaram essa intervenção nas respetivas propriedades por vontade própria e não porque a legislação assim o obriga. Praticamente todos afirmaram que tentam limpar as propriedades todos os anos contudo, a maior parte dos proprietários limpam as propriedades há mais de um ano.

A execução de operações florestais sejam elas desramações, desbastes ou limpezas só demonstra a preocupação que os proprietários têm com as suas propriedades, e demonstram os serviços que a floresta pode proporcionar aos seus proprietários, fornecendo-lhes madeira, lenha, matos, entre outros produtos. Independentemente das motivações que os levam a cuidar das suas propriedades (cumprir a lei, vontade própria, etc.), pode-se afirmar que os proprietários florestais têm e demonstram interesse pelas suas propriedades, não as deixando ao abandono.

A maior parte dos empresários investiram algum dinheiro nas suas propriedades, principalmente aqueles que realizaram alguma instalação florestal recorrendo à técnica de plantação. Alguns realizaram apenas um

investimento, enquanto outros realizaram dois. Apesar de efetuarem investimentos nas propriedades, o montante envolvido nesses investimentos é relativamente baixo. Praticamente todos os proprietários investiram menos de 1.000 €, existindo alguns que investiram um pouco mais, mas que nunca ultrapassou os 1.900 €. Estes montantes praticamente apenas correspondem ao valor da compra das espécies utilizadas na instalação florestal.

Os montantes investidos foram sempre capitais próprios, nunca recorrendo a nenhum empréstimo ou a programa de apoio. Muitos afirmam que podiam recorrer a subsídios para investir nas suas propriedades. No entanto, não recorrem para “*não terem que seguir as regras impostas pelas entidades competentes*”, fazendo deste modo o que querem das suas propriedades.

5.5. Certificação florestal

Apesar de poderem aderir a um Sistema de Gestão Florestal Sustentável promovido pela Associação para a Certificação do Minho-Lima, apenas um proprietário é que decidiu aderir sendo também um dos proprietários que anuiu integrar a ZIF Lima-Vez. Para além deste proprietário anteriormente mencionado, apenas mais um proprietário é que decidiu aderir à ZIF Lima-Vez. Afirmam que o principal motivo que os levou a aderir tanto à ZIF como ao Sistema de Gestão Florestal Sustentável, é a valorização da madeira existente nas suas propriedades, para conseguirem obter um maior rendimento do que aquele que obteriam caso não estivessem integradas.

Sobre o conceito de certificação florestal, praticamente todos os proprietários afirmam não saber o que é. Aqueles que sabem o que é a certificação florestal são os mesmos que estão inseridos em área florestal certificada, ou seja, apenas um proprietário é que conhece o conceito. Este desconhecimento justifica-se, segundo os proprietários, pela falta de informação que não chega aos proprietários, por parte de entidades como a Associação Florestal de Ponte de Lima, ou mesmo a Câmara Municipal de Ponte de Lima.

Depois de informados acerca do conceito e quando questionados se gostariam que as suas propriedades estivessem inseridas em área florestal

certificada, a maior parte informou que não queria. Os principais motivos defendidos pelos proprietários para não quererem que as suas propriedades estejam integradas em área florestal certificada foram: falta de vantagens económicas, a falta de interesse e houve um proprietário que afirmou ter outras prioridades para a sua propriedade. Os proprietários que estavam interessados em aderir ao Sistema de Gestão Florestal Sustentável afirmam que o principal motivo era as vantagens económicas obtidas pela certificação.

Os proprietários florestais não estão recetivos a adotar outros modelos de gestão florestal, pois afirmam que as propriedades são pequenas e só servem para obter lenha e que não querem que haja entidades que lhes imponham regras para as suas propriedades. São afirmações que vão de encontro ao afirmado por autores como Heitor (2014), que dizem que *“a falta de dimensão é hoje o principal obstáculo à alteração dos sistemas silvícolas e adoção de práticas mais compatíveis com a gestão florestal sustentável”*.

Preferem ser eles a definir o que querem fazer nas suas propriedades e referem que quando os filhos ficarem herdeiros das propriedades podem *“fazer o que bem lhes apetecer das propriedades.”*

CAPÍTULO 6. Conclusão

Como já foi várias vezes mencionado por diversos autores, a maior parte da área florestal pertence a proprietários florestais privados, principalmente no Norte do país, e a dimensão média das propriedades é inferior a 1 hectare.

São dados que correspondem à realidade da área de estudo. Existem muitos proprietários e as suas propriedades são de pequena dimensão, ocupando os baldios a maior parte da área florestal. Estes proprietários, não abandonaram ainda as suas propriedades florestais, obtendo produtos, e mesmo que não obtivessem qualquer tipo de produto não as abandonavam, mais que não fosse por uma questão de orgulho próprio. Eles limpam as suas matas, visitam-nas e ainda as utilizam para retirar lenha, madeira e mato para fazer a “cama” dos animais que ainda possuem, ou seja, as suas propriedades não estão abandonadas.

No entanto, os proprietários florestais não são propriamente uma classe jovem, sendo a atual geração de proprietários possuidora de 7 décadas de história e existência. Considerando que a esperança média de vida dos homens portugueses é de 76,9 anos de idade (PORDATA, 2014), pode-se afirmar que a atual geração de proprietários está a atingir essa idade. Pode-se afirmar também que a atual geração de proprietários apenas poderá gerir as suas propriedades por aproximadamente mais dez/quinze anos. Se atualmente, o modelo de gestão florestal seguido pela atual geração de proprietários florestais surte efeito, ou seja, as propriedades florestais não são abandonadas, o mesmo não se poderá dizer do modelo de gestão florestal que será seguido pelos futuros herdeiros/proprietários das propriedades florestais. Como os proprietários florestais afirmam, *“no futuro de certeza que os filhos não vão ligar nada às propriedades florestais, ficando ao abandono como estavam há muitos anos atrás.”* Praticamente todos os herdeiros moram fora das freguesias da área de estudo, provavelmente em países diferentes, voltando à terra apenas para passar as suas férias.

Como foi referido por Heitor (2014), *“fruto da concentração da população em grandes centros populacionais, surgiu uma nova tipologia de proprietários.”*

São proprietários florestais que não têm nenhuma relação com a agricultura, obtêm rendimentos externos às explorações agrícolas e vivem em áreas urbanas.

Assim sendo, o atual modelo de gestão florestal seguido pela atual geração de proprietários florestais precisa de ser repensado. A atual geração de proprietários garante a sustentabilidade das propriedades florestais no presente, não abandonando as propriedades. No entanto a sustentabilidade da gestão florestal da zona não está garantida no futuro. Os filhos dos atuais proprietários não ligam as suas propriedades, deixando-as ao abandono quando se tornarem proprietários.

A nova tipologia de proprietários florestais terá de optar por novos modelos de gestão florestal que passam pela entrega da gestão das suas propriedades a entidades locais já que, por estarem ausentes, os novos proprietários florestais não poderão cuidar das suas propriedades.

A integração das várias propriedades florestais particulares existentes, em associações florestais ou nas mais diversas formas associativas fará com que as propriedades ganhem escala/dimensão. Será assim mais fácil gerir as propriedades florestais privadas, capacitando-as de argumentos que as tornem essenciais no desenvolvimento local, obtendo benefícios ao nível ambiental, social, cultural e económico.

Seria interessante aplicar no futuro os mesmos inquéritos aos herdeiros das propriedades florestais. Tentar saber se alteraram o modelo de gestão florestal até então seguido, se mantiveram o modelo de gestão seguido pelos seus pais, ou se por outro lado deixaram de gerir as propriedades, deixando as mesmas ao abandono. Seriam dados interessantes que revelariam a evolução dos modelos de gestão florestal, consoante a evolução das diferentes gerações de proprietários florestais.

CAPÍTULO 7. Bibliografia

Baptista, F. O., Santos, R. T. (2005). “*Os proprietários florestais. Resultados de um inquérito*”. Celta Editora, Oeiras, 93 pp.

Canadas, M. J., Novais, A. (2014). “*Proprietários florestais, gestão e territórios rurais*”. *Análise Social*, 211, XLIX (2.º), pp. 346-381.

Canadas, M. J., Novais, A. (2014). “*Proprietários florestais e cooperação para a gestão do espaço agroflorestal: um estudo de caso*”. *Territórios rurales, Agriculturas locales y Cadenas alimentares*. Universitat Politècnica de València, València, pp. 365-367.

Coelho, I., S. (2003). “*Propriedade da Terra e Política Florestal em Portugal*”. *Silva Lusitana*, vol.11, n.2, pp. 185-199.

Coelho, C., Valente, S. (2013). “*Donos da floresta estão à margem das políticas florestais*”. Site disponível: Diário de Notícias. URL: http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=3431342 Consultado em: Agosto de 2014.

Direção Regional de Recursos Florestais (2006). “*Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho – Proposta de Plano*”, 231 pp.

FloreStat - IFN5, 2010: aplicação para consulta dos resultados do 5º Inventário Florestal Nacional. URL: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/ifn/ifn5/rel-fin>

Heitor, A. (2014). “*Certificação florestal de pequenos proprietários*”. Site disponível: CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL. URL: <http://www.confagri.pt/Floresta/GestaoFlorestal/Pages/GestaoFlorestal2.aspx> Consultado em Setembro de 2014.

ICNF, (2013). “*IFN6 – Áreas dos usos do solo e das espécies florestais de Portugal continental. Resultados preliminares*”. [pdf], 34 pp, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística, Dados Estatísticos, 2014. URL: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado em Outubro de 2014.

Intemodino Group, Gerador de Números Aleatórios, 2014. URL: <http://randomnumbergenerator.intermodino.com/pt/> Consultado em Maio e Julho de 2014.

Moyano, E., E. (2014). “*Agricultura familiar. Algunas reflexiones para un debate necesario*”. *Economía Agraria y Recursos Naturales*. Vol. 14,1. (2014), pp. 133-144.

Müller, A. (2014). “*A organização tradicional da paisagem do Norte de Portugal – evolução histórica e proposta para um desenvolvimento sustentável*”. *Territórios rurales, Agriculturas locales y Cadenas alimentares*. Universitat Politècnica de València, València, pp. 161-166.

Patrão, G. (2014). “*Floresta, reserva da Nação*”. Site disponível: Diário as beiras, URL: <http://www.asbeiras.pt/2014/06/opiniao-floresta-reserva-da-nacao/> Consultado em Agosto de 2014.

PORDATA, Base de Dados Portugal Contemporâneo, 2014. URL: [http://www.pordata.pt/Portugal/Espanca+de+vida+a+nascenca+total+e+por+s+exo+\(base+trienio+a+partir+de+2001\)-418](http://www.pordata.pt/Portugal/Espanca+de+vida+a+nascenca+total+e+por+s+exo+(base+trienio+a+partir+de+2001)-418) Consultado em Outubro de 2014.

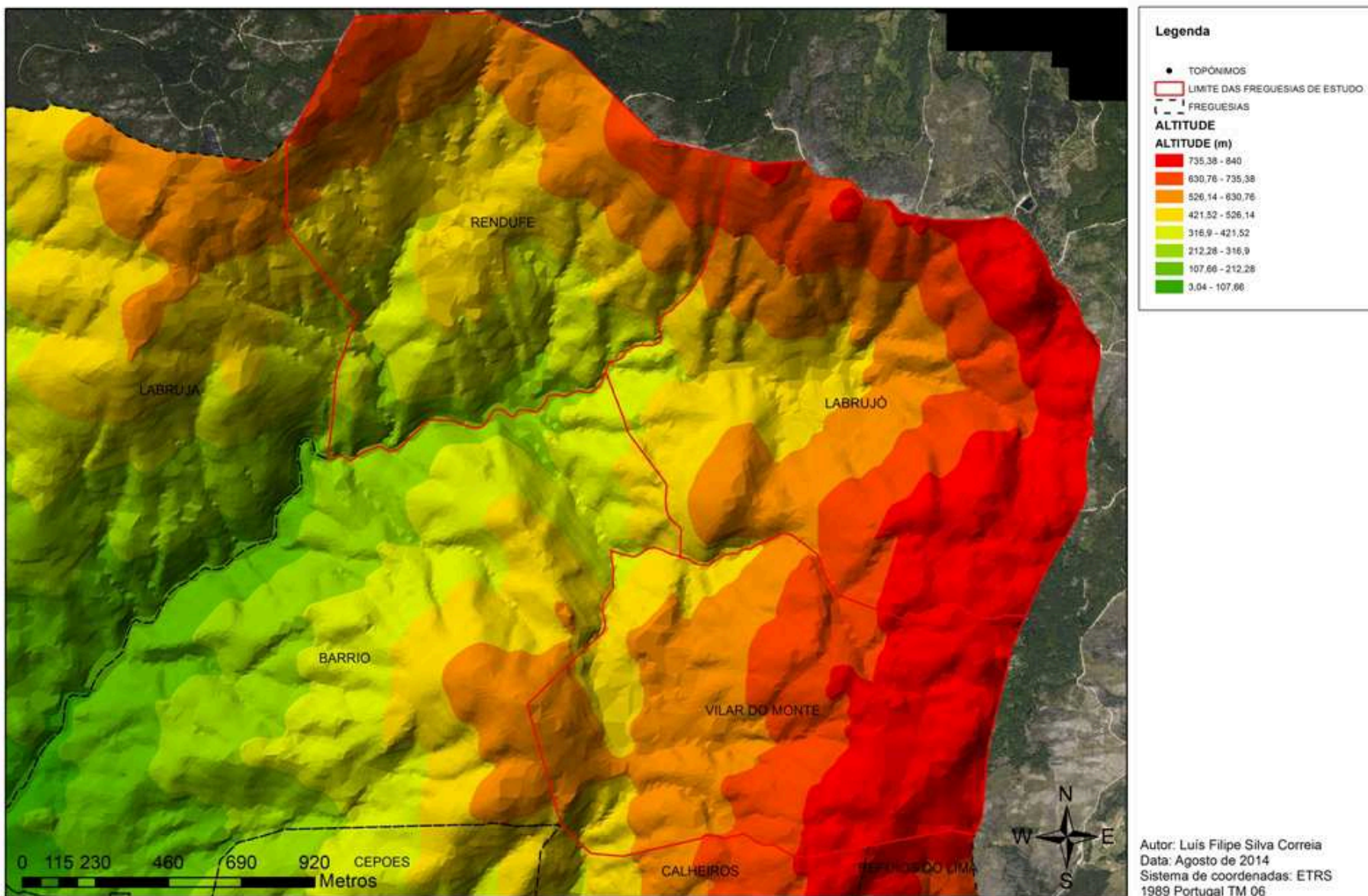
Rendufe, Labrujó e Vilar do Monte, 2014. URL: <http://rendufe.blogspot.pt> Consultado em Maio de 2014.

Sarmiento, E., Dores, V. (2013). “*A Fileira Florestal no Contexto da Economia Nacional: A Produtividade e a Especialização Regional*”. *Silva Lusitana*, vol.21, n. Especial, pp. 21-37.

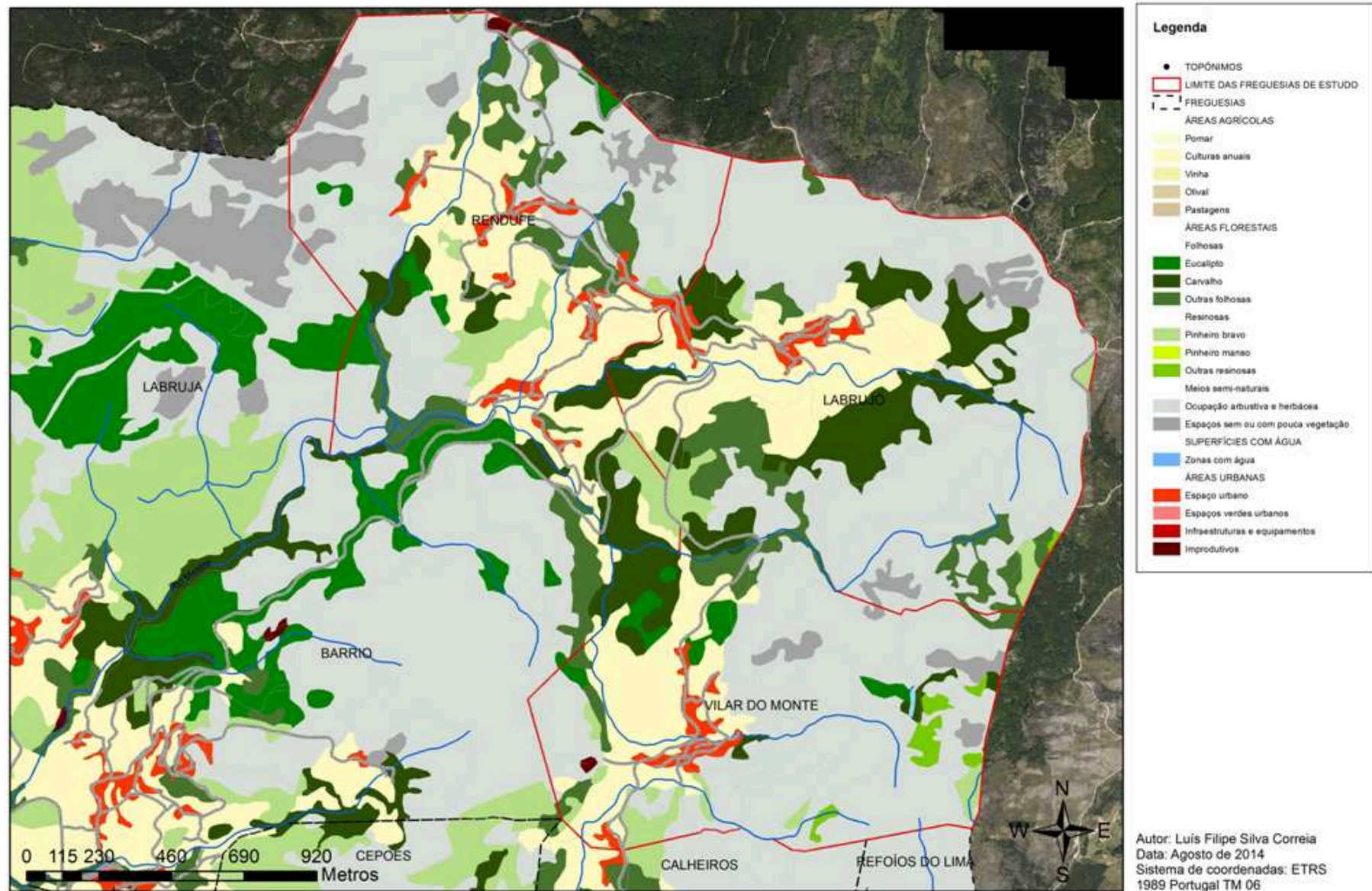
Velasco, A. (2014). “*La agricultura familiar: un polimorfismo de la actividad agrária*”. *Territórios rurales, Agriculturas locales y Cadenas alimentares*. Universitat Politècnica de València, València, pp. 315-318.

Anexos

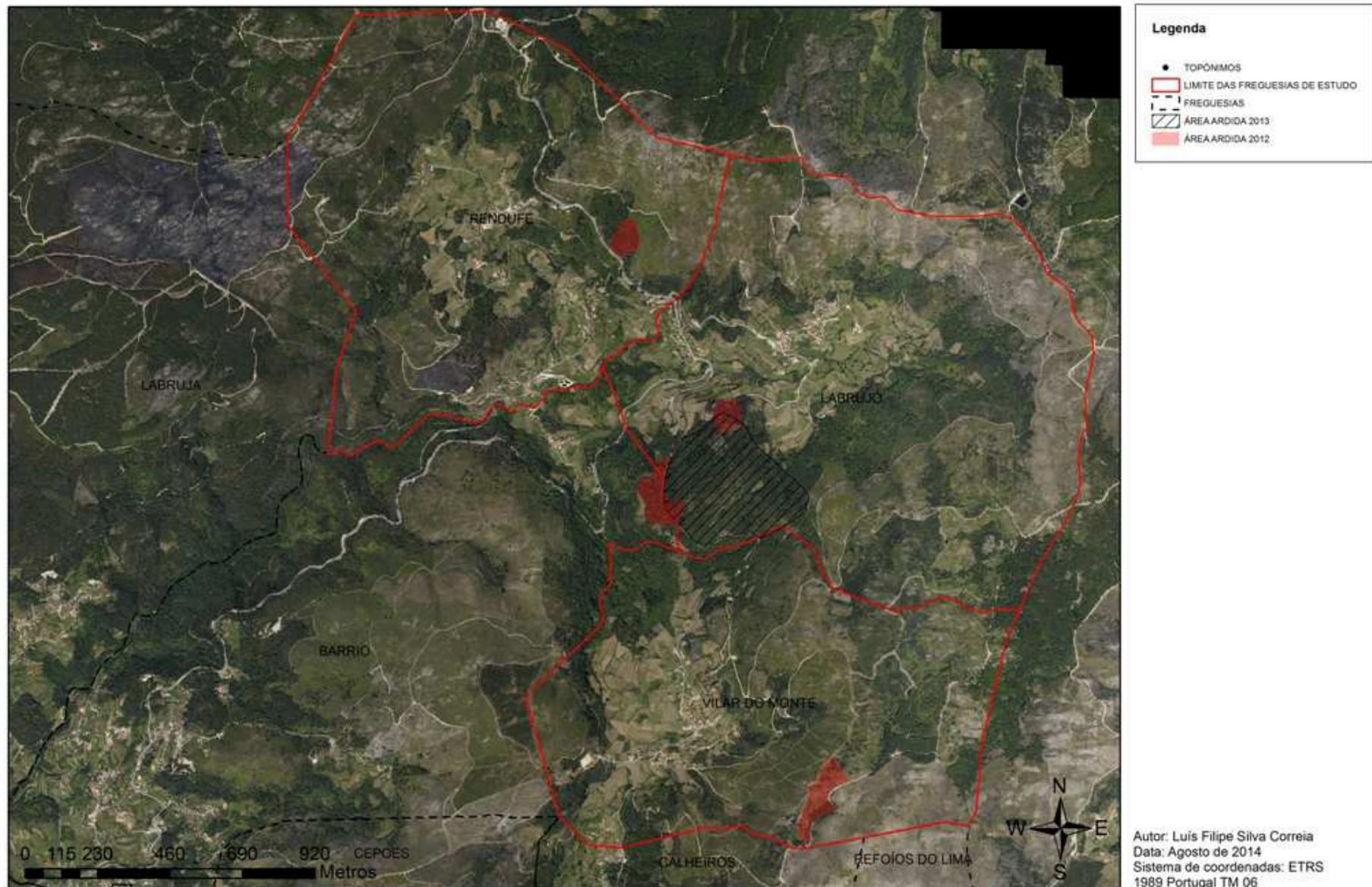
Mapa de Altitudes



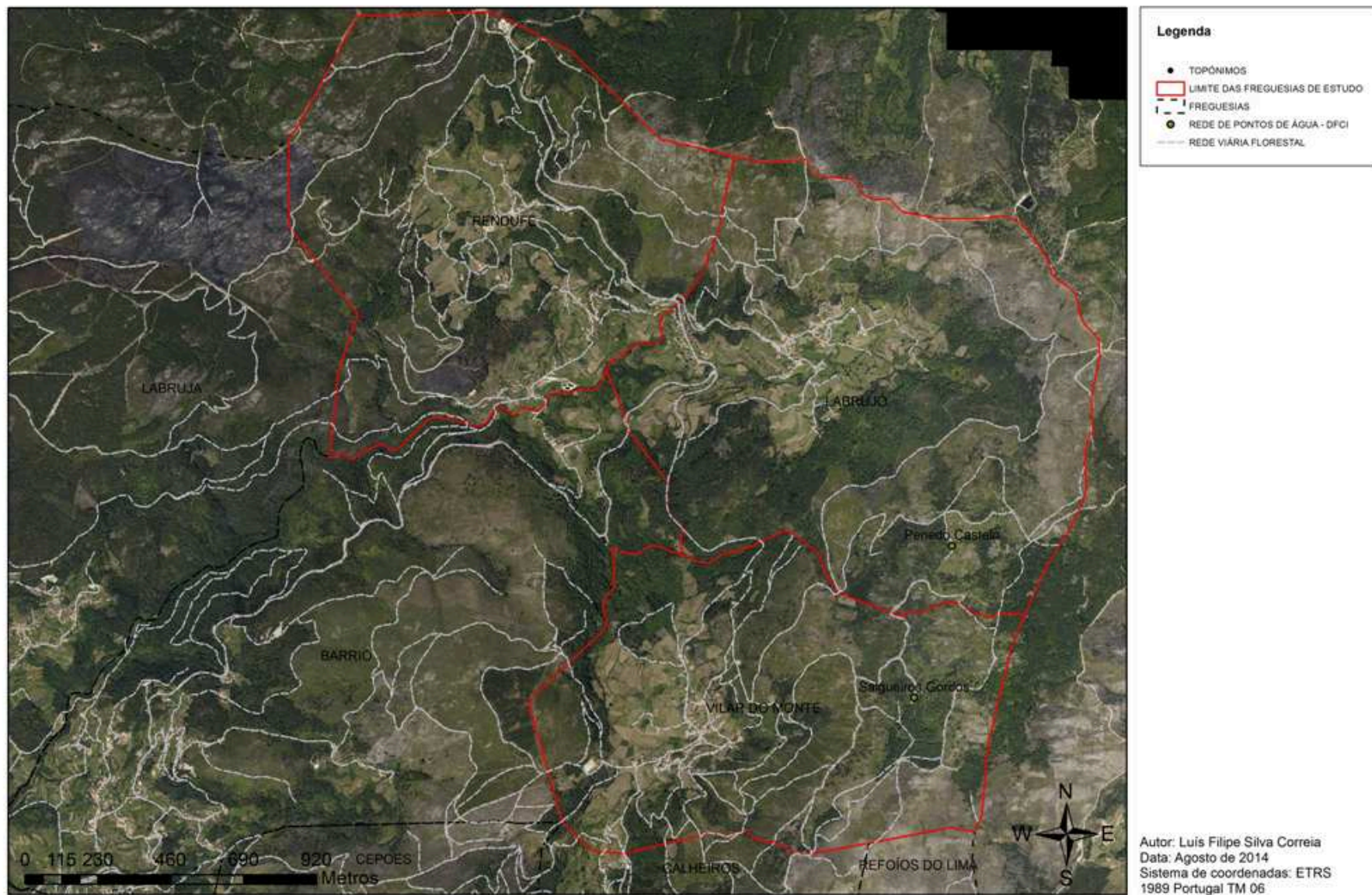
Ocupação do solo - 2005



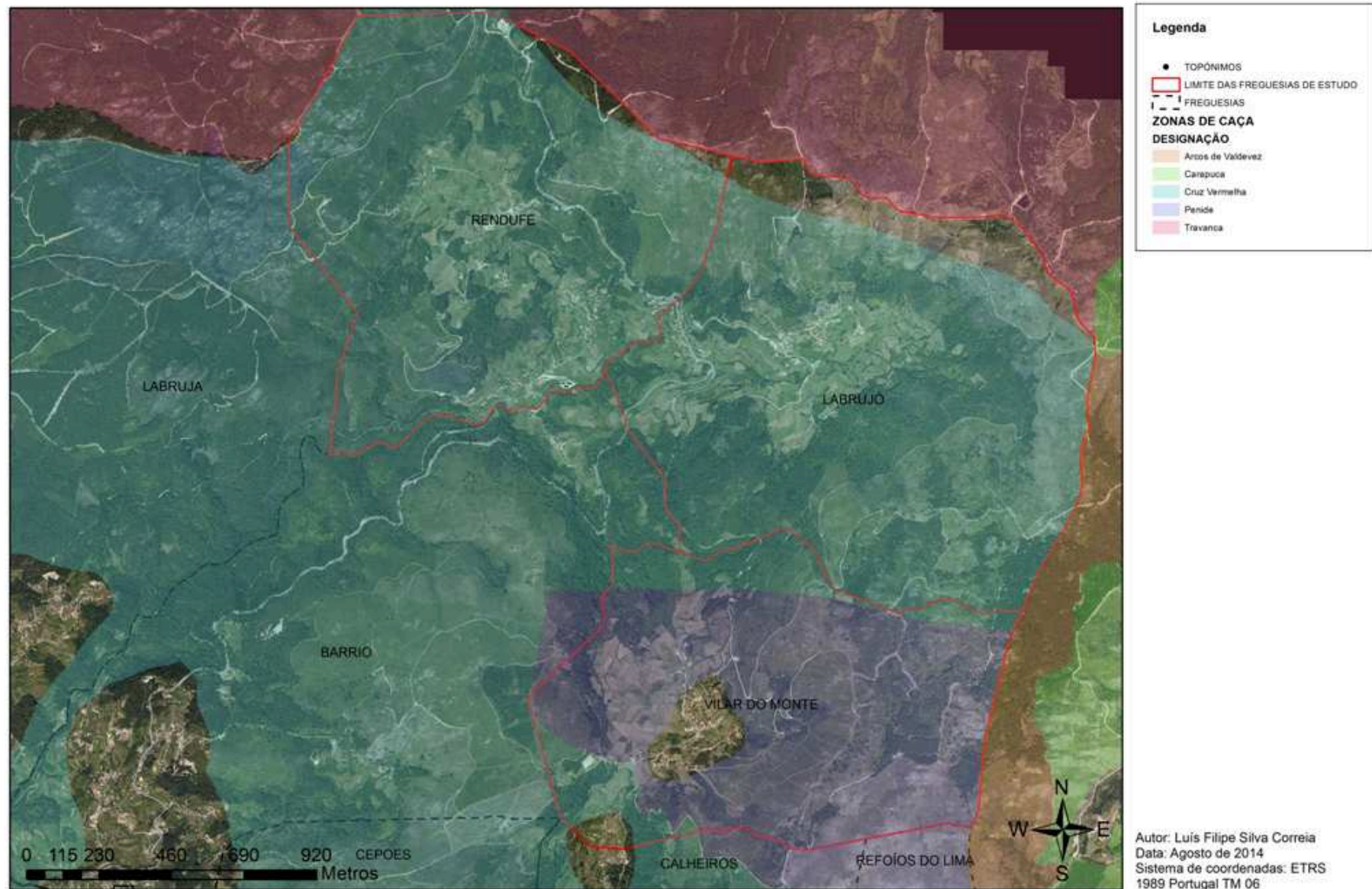
Área ardidas - 2012 e 2013



Rede viária florestal e Rede de pontos de água - DFCI



Zonas de caça



Anexo VII – Questionário aplicado aos proprietários

Com este questionário pretende-se recolher informações acerca dos proprietários florestais assim como das suas propriedades. É realizado no âmbito da elaboração da dissertação de mestrado em Gestão Ambiental e Ordenamento do Território. Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais e servem apenas para interpretação das respostas. Obrigado pela colaboração.

Assinale com um **x** a resposta que pretende!

1. Informação relativa ao proprietário florestal										
Sexo	Masculino		Feminino							
Idade										
Naturalidade										
Residência permanente										
Residência temporária										
Escolaridade	4º Ano		9º Ano		12º Ano		Licenciatura		Mestrado	
	Licenciatura em: _____									
Profissão										
2. Tipologia das propriedades florestais										
Área florestal total										
Espécie florestal dominante										
Existência de espécies invasoras	Sim		Não		Se respondeu sim, qual a espécie(s)? _____					
Quantas vezes visita a propriedade por ano?	1 Vez		2 Vezes		3 Vezes		4 Vezes		> 4 Vezes	
Tempo decorrido desde a última visita à propriedade	1 Semana		1 Mês		6 Meses		> 6 Meses			
A propriedade foi afetada alguma vez por incêndios florestais?	Sim		Não		Se respondeu sim, indique quantas vezes (aproximadamente). _____					
Último ano em que ocorreu um incendio florestal na	2004-2006		2007-2009		2010-2012		2013		Outro:	

propriedade									
Qual foi a área afetada?	< 1 Hectare	> 1 Hectare							
A propriedade tinha sofrido alguma limpeza florestal anteriormente?	Sim	Não	Se respondeu sim, indique há quanto tempo foi realizada. _____						
3. Produtos e serviços									
Obtém algum rendimento proveniente da propriedade florestal?	Sim	Não							
Utiliza parte desse rendimento para investir na sua propriedade florestal?	Sim	Não							
Produtos e serviços obtidos na propriedade florestal									
	Madeira								
	Cortiça								
	Resina								
	Lenha								
	Matos								
	Castanha								
	Pastagens								
	Produtos silvestres		Qual/Quais?						
	Caça								
	Recreio e lazer								
	Outros		Qual/Quais?						
4. Trabalho e investimento									
Alguma vez procedeu à instalação de um povoamento	Sim	Não							

florestal?					
	Se respondeu sim:	Qual a espécie(s) instalada(s)?			
		Qual a técnica utilizada?			
		Quem realizou a instalação?		Empresa	O próprio
Alguma vez procedeu a desbastes, desramações ou limpezas?	Sim	Não			
	Se respondeu sim:	Quem realizou as intervenções?		Empresa	O próprio
		Motivo de realização dos desbastes e desramações		Produção florestal	Evitar abandono
		Motivo para a limpeza		Responder à legislação	Vontade própria
		Tempo decorrido desde a última intervenção		< 1 Ano	> 1 Ano
Nº de investimentos realizados na propriedade	1 Investimento	2 Investimentos	3 Investimentos	> 3	
Investimento total na propriedade	1000 €	2000 €	3000 €	> 3000 €	
Origem do financiamento	Capital próprio	Empréstimo bancário	Programas de apoio	Outro:	
5. Certificação florestal					
A sua propriedade encontra-se inserida em:	ZIF				
	Área florestal certificada				
	Nas duas				
	Nenhuma				
Sabe o que é a certificação florestal?	Sim	Não			

<p>Gostaria que a sua propriedade estivesse inserida numa área florestal certificada?</p>	<p>Sim</p>	<p>Não</p>	
<p>Qual o motivo?</p>	<p>Motivos de ordem ambiental</p>		
	<p>Motivos de ordem económica</p>		
	<p>Motivos de ordem social</p>		
	<p>Não acha vantajoso economicamente</p>		
	<p>Não tem interesse em certificar</p>		
	<p>Tem outras prioridades para a sua propriedade florestal</p>		
	<p>Outro(s) motivo(s)</p>		